

An aerial, sepia-toned photograph of a cityscape. In the foreground and middle ground, there is a dense residential area with various buildings, some with flat roofs and others with more complex structures. A prominent feature is a tall, modern skyscraper with a dark facade and horizontal bands of windows, located on the right side of the frame. In the background, a large body of water, likely a bay or a wide river, stretches across the horizon under a sky with scattered clouds. The overall mood is one of urban development and modern architecture integrated into an established neighborhood.

BAIRRO DO JURUNAS: VIDA E FORMA EM PROPOSTA
LEONARDO ARRUDA



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE TECNOLOGIA
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

BAIRRO DO JURUNAS: VIDA E FORMA EM PROPOSTA
LEONARDO GABRIEL BRAGA ARRUDA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Pará como requisito parcial para obtenção do título de Arquiteto e Urbanista.

BELÉM, 2019

LEONARDO GABRIEL BRAGA ARRUDA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
BAIRRO DO JURUNAS: VIDA E FORMA EM PROPOSTA

BANCA EXAMINADORA:

Ana Cláudia Duarte Cardoso (FAU/UFPA) – Orientadora
PhD. Oxford Brookes University, Reino Unido.

José Júlio Ferreira Lima (FAU/UFPA) – Avaliador Interno
PhD. Oxford Brookes University, Reino Unido.

Taynara Gomes do Vale Pinho (FACI/WYDEN) – Avaliadora Externa
Msc. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, UFPA.

Conceito _____, em Belém _____ / _____ / _____.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é fruto de inquietações pessoais surgidas na infância e que me perseguiram até a fase adulta quanto as diferentes formas de apropriação dos espaços públicos no bairro do Jurunas, que tomo como meu estudo de caso, em comparação aos demais bairros do entorno, com destaque para Cidade Velha e Batista Campos. Não menos importante, este trabalho também é fruto de uma soma coletiva de visões e interferências sobre meu aprendizado, sobre o olhar da cidade, para cidade e enquanto cidade, como local onde se expressa hierarquias, poderes e subordinações, por isso inicio os agradecimentos os dirigindo aqueles que foram responsáveis em grande medida pela construção desse conhecimento.

Agradeço à Vera Lúcia da Silva, ex-professora das disciplinas de Estudos Amazônicos e História na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Tiradentes I, a

qual despertou o pesquisador mirim em mim ao incitar que pesquisássemos sobre seus bairros para apresentação em um seminário; à Roberta Rodrigues, que me possibilitou enxergar novos rumos a partir da profissão de Arquiteto e Urbanista ao me escolher como bolsista de iniciação científica, em contraposição a tradicional visão do Arquiteto como responsável somente pela elaboração de projetos residenciais; ao José Júlio Lima, que esteve presente principalmente no final desta caminhada da graduação com questões e conselhos necessários a elaboração dos artigos e relatórios técnicos; e à Ana Cláudia Cardoso, que se fez presente posteriormente, mas contribuiu para construção de uma visão que enxerga mundos diferenciados a partir do utópico e daqueles que foram excluídos e subordinados a partir da colonização e periferização, do saber, fazer, ler, ter, vestir, comer e outros.

Agradeço também aqueles que me proporcionaram discussões acadêmicas sobre a produção de seus trabalhos, ainda que alguns convergissem e outros divergissem dos processos inseridos neste estudo de caso; destaco principalmente as tabulações de dados e transcrições de áudios que fiz para outros pesquisadores, e que me permitiram conhecer diferentes realidades por meio da pesquisa de campo de terceiros. Também agradeço aqueles que foram entrevistados no decorrer dessa pesquisa e em especial ao Thales Miranda, Letícia Vicente, Taynara Gomes, Luna Bibas, Marta Gonçalves e Lucas Cândido.

Este trabalho também é dedicado a todos aqueles que contribuíram para esta trajetória, ainda que não necessariamente de uma forma acadêmica (mas as vezes por causa da vida acadêmica), em especial nos momentos de festejo, alegria, comemoração, conselho e momentos de suporte emocional e financeiro, agradeço à Letícia Vicente, Taynara Gomes, Jayana Mota, Eloíse Rabelo, Gabriela Corrêa, Rafaela Oliveira, Amanda Almeida,

Yasmin Olivier, Davi Santos, Felipe Almeida, Kessily Medeiros e, principalmente, ao Thales Miranda, meu companheiro de vida, por todos os momentos de paciência e sabedoria, para troca de conselhos sobre a vida acadêmica ou simplesmente para apontar as possibilidades para lidar com as situações difíceis que marcaram nossas trajetórias acadêmicas e pessoais, agradeço de coração.

Por fim, embora não menos importante, agradeço à minha família por ter estado comigo durante essa trajetória, por ter me amparado nos momentos difíceis, por ter me dado suporte emocional e financeiro, por ter me dito que tudo daria certo, pelo esforço e pelas coisas que tiveram que abrir mão para que hoje eu pudesse ser o primeiro da minha familiar a ter uma graduação, agradeço à Maria das Graças Amaral Braga, Elson Arno Braga, Geovana Amaral Braga, Renata Amaral Braga e Jéssica Carolina Braga Arruda.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Periodização da rede urbana na Amazônia.....p. 13
Figura 2: Plano de alinhamento elaborado no final do século XIX.....p.15
Figura 3: Planta da Estrada de Ferro Belém-Bragança...p.15
Figura 4: Propaganda da SUDAM da década de 1970.....p.16
Figura 5: Tipologia de Assentamentos Precários na RMB.....p.20
Figura 6: Localização do bairro do Jurunas em relação à Região Metropolitana de Belém.....p.22
Figura 7: Notícias sobre o bairro do Jurunas, em Belém.....p.23
Figura 8: Dados gerais sobre infraestrutura física e tipologia socioespacial de ocupação do solo.....p.25

Figura 9: Sistematização das entrevistas com elementos analisados.....p.27
Figura 10: Sistematização da localização dos pontos de observação.....p.28
Figura 11: Bairro do Jurunas na década de 1970.....p.29
Figura 12: Bairro do Jurunas, 2019.....p.31
Figura 13: Trajetória das tipologias socioespaciais no bairro do Jurunas.....p.32
Figura 14: Calçada acessível.....p.36
Figura 15: Calçada arborizada.....p.37
Figura 16: Ciclovia.....p.38
Figura 17: Ciclovia.....p.39
Figura 18: Espaço público surgido espontaneamente.....p.40
Figura 19: Espaço público surgido espontaneamente.....p.41

Figura 20: Espaço público surgido espontaneamente.....p.42

Figura 21: Espaço público.....p.43

SUMÁRIO

Introdução.....	9
A estruturação da metrópole e os reflexos no espaço intraurbana do município de Belém.....	11
As faces do bairro do Jurunas.....	23
A proposta de intervenção.....	35
Conclusão.....	57
Referências Bibliográficas.....	58

INTRODUÇÃO

Este trabalho de conclusão de curso tem como estudo de caso o bairro do Jurunas, no município de Belém, bairro tipicamente periférico, onde as características gerais da periferia, como a autoconstrução da moradia, o adensamento construtivo e populacional, a deficiência de infraestrutura, a dificuldade de acesso a equipamentos e serviços públicos (MARICATO, 1982), mesclam-se a um processo histórico de construção e transformação do ambiente construído a partir de práticas socioespaciais advindas das necessidades, possibilidades e tradições dos migrantes oriundos de outros municípios e estados (RODRIGUES, 2006), como a construção de palafitas e estivas que foram responsáveis pela adaptação do ambiente construído às características fisiográficas da região amazônica, seguidos do aterramento da área e, atualmente, da verticalização em alguns de seus terrenos (CARDOSO; FERNANDES; LIMA, 2016; PINHEIRO et al, 2016).

Ainda que se adote a existência de uma base comum no histórico do processo de ocupação do bairro do Jurunas, este não é um espaço homogêneo, conforme foi relatado nas entrevistas realizadas com moradores do bairro desde a década de 1930 (PESQUISA DE CAMPO, 2019). O bairro do Jurunas tem diferentes faces que decorrem de processos que englobam localizações, origens de migrantes, estratégias de ocupação, interesse do mercado imobiliário e ações do poder público, e talvez concilie no amplo espectro de formas de vida no bairro o resultado desses processos (PESQUISA DE CAMPO, 2019; RODRIGUES, 2006; ARAÚJO, 2008).

Ao grosso modo, é possível distinguir quatro faces do bairro do Jurunas, onde cada uma se expressa no espaço de forma diferenciada: (1) o bairro festivo onde a população possui alto grau de sociabilidade entre parentes, agregados, amigos e vizinhos; que em épocas

festivas principalmente de nomeação católica ou sincréticas conta com arranjos de mão de obra solidária para tornar possíveis as festividades (RODRIGUES, 2006); (2) o bairro em que a centralidade econômica revive todas as manhãs as extensas redes de cooperação do mercado informal (RODRIGUES, 2006), que refletem e são reflexo de uma rede de conhecidos que favorecem os comerciantes a partir da compra de seus produtos, por um lado o mercado informal é fortalecido, mas por outro as relações também se fortalecem; (3) o bairro onde as relações foram sendo transformadas aos poucos com a migração da vizinhança para outros bairros, municípios e estados; onde o espaço de convivência, em geral o pátio e a calçada em frente das casas, diminuiu a vida; (4) e o bairro onde o mercado imobiliário aos poucos transformou e transforma a partir da verticalização, e substituiu os velhos laços de vizinhança anteriormente formados.

Neste contexto, este trabalho de conclusão de curso tem por objetivo a elaboração de um plano de bairro para

o Jurunas a fim de possibilitar a permanência, convivência e a existência de diferentes práticas e graus de sociabilidade dentro do bairro escolhido como estudo de caso. O trabalho está dividido em três capítulos: o primeiro se dedica à estruturação da metrópole e aos reflexos desse processo no espaço intraurbano de Belém; no segundo capítulo as diferentes faces do bairro são apresentadas, compondo o diagnóstico que embasa a proposta de plano de bairro apresentada no terceiro capítulo.

A ESTRUTURAÇÃO DA METRÓPOLE E OS REFLEXOS NO ESPAÇO INTRAURBANA DO MUNICÍPIO DE BELÉM

A Amazônia foi inserida dentro da divisão internacional do trabalho desde o século XVII como local de exploração e exportação de matéria prima, com a utilização de mão de obra escrava ou barata, conforme os ciclos econômicos vigentes na região (BECKER, 2013; PEREIRA, 2006). A região amazônica foi assumida como local de oportunidades de enriquecimento tanto pelos países que a colonizaram a partir do século XVII, por ocasião da tentativa de transformação de seus capitais mercantis em industriais, quanto, em meados do século XX, pela integração da Amazônia às outras regiões do país como forma de fortalecimento do capital industrial da região sudeste brasileira (CARDOSO e LIMA, 2006; CORRÊA, 1987). Logo, as dinâmicas implantadas na Amazônia estiveram sujeitas aos interesses e ações dos

agentes externos à região, como os países colonizadores, o próprio sudeste do país e o mercado internacional (CARDOSO, FERNANDES e BASTOS, 2016; CORRÊA, 1987).

A constituição de uma rede de cidades e suas hinterlândias na Amazônia foi uma forma de alinhar os ciclos econômicos de base extrativista, em conjunto com a expansão dessas atividades econômicas, às demandas externas do mercado internacional (CORRÊA, 1987; PEREIRA, 2006). Esta rede de cidades se estruturou a partir de uma lógica de ocupação de terras em que as cidades estavam estrategicamente localizadas na confluência de rios e interligadas por uma rede dendrítica, que tinha como função o escoamento da produção dos núcleos de exploração para Belém para viabilizar a

exportação dos produtos extrativos aos países centrais (CORRÊA, 1987).

O desenvolvimento dos ciclos econômicos de base extrativista na Amazônia foi possível, em um primeiro momento, devido à presença de trabalho escravo dos indígenas e dos negros que foram trazidos à região (BECKER, 2013), e em um segundo momento, a partir de um sistema de financiamento da mão de obra conhecido como sistema de aviamento, que possibilitou tanto a atividade exploratória no interior da região amazônica quanto o enriquecimento e produção de melhoramentos urbanos de Belém (CORRÊA, 1987; VENTURA NETO, 2015). Neste sistema, o migrante trabalhador que queria explorar o interior da região se submetia a um financiamento dos meios de vida e trabalho que seriam pagos a partir da entrega de parte da coleta dos produtos extrativos às casas de financiamento, era uma rede de empréstimo que interligava várias escalas e tinha como ponto culminante Belém, a capital do estado (VENTURA NETO, 2015).

A rede de cidades que surgiu a partir dos ciclos econômicos na Amazônia pode ser dividida, segundo Corrêa (1986), em sete períodos: a fundação de Belém, no início do século XVII a meados do mesmo século; de meados do século XVII a meados do século XVIII, com a criação de fortins, aldeias missionárias e a coleta das drogas do sertão; de meados do século XVIII a ao final do mesmo século, com a criação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão; do final do século XVIII a meados do século XIX, com a estagnação da atividade econômica das drogas do sertão; de meados do século XIX ao início do século XX, com a expansão da economia extrativista da borracha; do início do século XX ao meados do século XX, com a estagnação da economia gomífera; e a partir de meado do século XX, com a transformação na rede urbana – ver figura 1.

Figura 2: Periodização da rede urbana na Amazônia

Periodização da Rede Urbana na Amazônia	
Período	Características
Fundação de Belém (1600-1650)	Fundação de Belém em local estratégico para defesa do território. Posterior organização de expedições para expulsão de outros colonizadores. Criação de novos núcleos de povoamento decorrente da interiorização das expedições.
Fortins, aldeias missionárias e as "drogas do sertão" (1650-1750)	Organização da coleta de especiarias. Expansão do território por meio da construção de aldeias missionárias. Localizações ribeirinhas articuladas por meio de uma rede dendrítica. Utilização de mão de obra indígena. Exportação de especiarias para o exterior.
A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão e a rede urbana amazônica (1750-1780)	Expansão das atividades produtivas. Criação da Companhia do Grão-Pará e Maranhão. Belém torna-se capital. Fim do poder eclesiástico. Fim da mão de obra indígena. Estímulo a miscigenação. Introdução de escravos africanos. Doação de sesmarias para colonos e soldados cultivarem a terra. Melhoramentos urbanos em Belém.
A estagnação da vida urbana (1780-1850)	Extinção da Companhia do Grão-Pará e Maranhão. Desfavorecimento dos produtos tropicais na economia mundial. Paralisação da expansão agrícola. Perda de população urbana. Diminuição da arrecadação tributária.
A expansão do extrativismo da borracha e da rede urbana (1850-1920)	Exportação de borracha em larga escala. Introdução da navegação a vapor. Migração de nordestinos para a Amazônia. Financiamento disponível para produção. Sistema de aviamento. Declínio da atividade agrícola. Criação da Estrada de Ferro Belém-Bragança com colonização do entorno para produção de gêneros alimentícios. Melhoramentos urbanos. Plano de alinhamento e arruamento viário em Belém.
A estagnação econômica e os efeitos na rede urbana (1920-1960)	Declínio da economia da borracha. Falência do sistema de aviamento. Abandono dos seringais. Crise de alimentos via sistema de aviamento. Aumento da dívida pública. Diminuição do fluxo migratório. Refluxo migratório para as áreas de origem. Agricultura de subsistência nos seringais. Dinamismo econômico das cidades ligadas a outras atividades extrativistas. Capitais como focos parciais de exôdo dos seringais.
A "fronteira do capital" e as transformações na rede urbana (a partir de 1960)	Criação de órgãos de monitoramento da Amazônia. Implantação de grandes projetos de exploração de minério e energia. Construção de rodovias para integração do território. escoamento de produtos industrializados do sudeste para as demais regiões. Projetos de incentivo a migração. Desarticulação parcial da rede dendrítica. Introdução de novas formas espaciais na Amazônia, como <i>company town</i> , corrutela e núcleo rural-urbano do centro. Acentuação da urbanização regional. Ratificação do processo de concentração populacional nas capitais. Criação e revigoração de núcleos de povoamento e cidades. Maior complexidade funcional e de fluxos da rede urbana. Quebra da hegemonia de Belém no comércio atacadista.

Fonte: CORRÊA, 1986. Elaboração do Autor.

Dentre os ciclos econômicos na Amazônia, tem-se como mais proeminente a economia da borracha, desenvolvida entre meados do século XIX até o início do século seguinte, devido o revigoramento da economia e das cidades da região na época (CORRÊA, 1987). A ascensão da economia gomífera no interior da região suplantou as demais atividades que ocorriam nestes locais, como a produção de alimentos para envio à capital, além de permitir melhoramentos urbanos na cidade, tais como a provisão de infraestrutura, a construção de edificações públicas e a expansão da malha urbana a partir de um plano de alinhamento e arruamento viário – ver figura 2 –, assim como a interiorização da ocupação a partir da construção de uma estrada de ferro que ligava a cidade de Belém a cidade de Bragança – ver figura 3 –, em direção ao leste (à costa Atlântica) do atual estado do Pará (CARDOSO, FERNANDES e BASTOS, 2015; CORRÊA, 1987).

Nesta fase, o plano de alinhamento e arruamento viário se constituiu em forma de organizar o território a partir de loteamentos para aforamento e, em

consequência disto, arrecadar tributos para reinvestir na atividade gomífera e nos melhoramentos urbanos, o aforamento era feito principalmente para membros da elite local para que estes investissem na construção de moradias para aluguel (VENTURA NETO, 2015). O plano de alinhamento e arruamento viário não foi completamente implantado devido ao declínio da economia da borracha assim como às características fisiográficas da região. A divisão da cidade, ao grosso modo, entre áreas de terra firme e áreas de baixada, as últimas sujeitas a alagamento recorrentes geraram dificuldades técnicas que evitaram sua ocupação (VENTURA NETO, 2015).

A Estrada de Ferro Belém-Bragança era constituída por dois ramais que chegavam à Belém, um ao norte, que ligava o centro à Vila Pinheiro, atual distrito de Icoaraci, e outro a leste, que ligava Belém a Bragança, ambos os ramais posteriormente se constituíram em frentes de expansão urbana (CARDOSO, FERNANDES e BASTOS, 2015). A construção da Estrada de Ferro Belém-Bragança tinha como objetivo uma colonização de terras incentivada

pelo poder público para uso agrícola das terras que ela cortava, para que os núcleos que se formassem ao longo da estrada de ferro pudessem abastecer Belém, somando-se à produção das vacarias e hortas que existiam nas baixadas da área central de Belém (VENTURA NETO, 2015; CORRÊA, 1987).

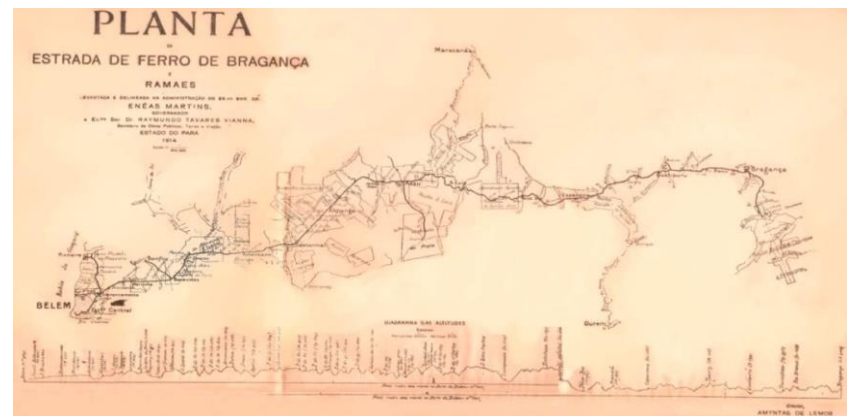
O declínio da economia da borracha associada à falência do sistema de aviação e ao empobrecimento dos núcleos de povoamento, contribuíam para o aumento da dívida pública, paralisação dos melhoramentos urbanos da cidade e êxodo das áreas rurais, onde acontecia a coleta do material extrativo (CORRÊA, 1987). Belém foi tida como ponto focal de parte do fluxo de migrantes que retornava dos seringais (CORRÊA, 1987). A decadência do ciclo econômico da borracha em Belém conviveu com o aparecimento de uma indústria incipiente que ainda mantinha o poder sobre a região devido o isolamento geográfico, mas que a partir da década de 1960 teve a dinâmica alterada pela política do desenvolvimento do território nacional a partir da inserção da Amazônia no

Figura 3: Plano de alinhamento elaborado no final do século XIX



Fonte: MUNIZ, 1904

Figura 4: Planta da Estrada de Ferro Belém-Bragança



Fonte: SILVA, 1949

processo de industrialização do sudeste brasileiro (VENTURA NETO, 2015).

A partir de 1960, o projeto era a integração da região norte e centro-oeste ao resto do país, a partir da construção de rodovias, da criação de órgãos de monitoramento da região, da instalação de assentamentos de reforma agrária ao longo das rodovias, como forma de promover e controlar o fluxo para a região, assim como a instalação de grandes projetos de exploração mineral e energética (CARDOSO e LIMA, 2006). O perfil demográfico das áreas rurais foi alterado pela iniciativa do poder público que incentivava a ocupação de uma área compreendida como vazia demográfica, mas que já era ocupada por indígenas, quilombolas, famílias de extrativistas caboclos e descendentes dos nordestinos soldados da borracha – ver figura 4 (CARDOSO, FERNANDES e LIMA, 2015).

A partir da década de 1970, houve a suspensão dos investimentos federais nos assentamentos rurais devido à crise econômica desta década, assim como houve a

Figura 4: Propaganda da SUDAM da década de 1970

Muitas pessoas estão sendo capazes, hoje, de tirar proveito das riquezas da Amazônia.

Com o aplauso e o incentivo da SUDAM.

Com o aplauso e o incentivo do Banco da Amazônia.

O Brasil está investindo na Amazônia e oferecendo lucros para quem quiser participar desse empreendimento.

A Transamazônica está aí: a pista da mina de ouro.

Comece agora. Faça sua opção pela SUDAM. Aplique a dedução do seu imposto de renda num dos 464 projetos econômicos já aprovados pela SUDAM. Ou então apresente seu próprio projeto (seja ele industrial, agropecuário, ou de serviços).

Você terá todo o apoio do Governo Federal e dos governos dos Estados que compõem a Amazônia. Há um tesouro à sua espera. Aproveite. Fature. Enriqueça junto com o Brasil.

Informe-se nos escritórios da SUDAM e nas agências do Banco da Amazônia.

Chega de lendas, vamos faturar!

MINISTÉRIO DO INTERIOR
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA SUDAM

BANCO DA AMAZÔNIA S.A.

Fonte: Apublica.org

mudança de escopo das obras de estradas e ações do Projeto de Integração Nacional e Pró Terra para os grandes projetos de mineração e geração de energia (CARDOSO, FERNANDES e BASTOS, 2015). Essa mudança de escopo somada à falta de controle do tamanho das terras rurais e à disponibilidade de financiamento privado para a pecuária, promoveram uma reestruturação produtiva do campo, manifesta dentre outras coisas na migração dessa população tradicional que ocupava essas terras para a periferia da metrópole (CARDOSO e LIMA, 2006).

A construção das rodovias rompeu de forma parcial o monopólio que historicamente foi exercido por Belém em relação as suas hinterlândias, a relação de dependência de algumas cidades se manteve através da rede dendrítica devido à construção das rodovias não integrarem as cidades em sua totalidade, onde isso ocorreu possibilitou o revigoramento dos núcleos (PEREIRA, 2006). Contudo, Belém se manteve com centro das atividades econômicas de comércio e serviço, das quais a reestruturação

produtiva ora em curso no interior do Pará dependeriam, mas também esteve ligada ao entorno insular das regiões ribeirinhas próximas, principalmente, devido às atividades de distribuição de alimentos (CARDOSO, FERNANDES e BASTOS, 2015).

O fim da economia da borracha possibilitou a emergência de novas atividades que beneficiavam Belém, como a industrialização incipiente e a produção de alimentos, que foram rompidas a partir do processo de integração viária devido às disparidades entre a indústria local e a nacional (VENTURA NETO, 2015). Nesse processo, houve a transformação do capital industrial em capital imobiliário com a ajuda do poder público, e o financiamento federal à intervenção nas áreas que eram consideradas degradadas ambiental e socialmente, em razão da ocupação por população de baixa renda à beira dos cursos d'água. As intervenções se construíram uma frente de valorização imobiliária explorada pela verticalização dos bairros da área central, com incentivo

das legislações urbanísticas, que estabeleciam somente limites mínimos de gabaritos (VENTURA NETO, 2015).

Como de praxe, a população que vivia ao longo dos cursos d'água, que passaram por intervenções, retornavam após as obras de melhoria (PINHEIRO et al., 2016, p. 200). Nas últimas macrodrenagens, os remanejamentos para outras áreas deveriam ser temporários - após determinado período haveria o retorno ao local de intervenção, entretanto, na condução do processo, a solução de assentamento e fixação de remanejados em conjuntos habitacionais nas áreas outrora temporárias foi consagrada. Este procedimento foi adotado de forma recorrente em programas de urbanização de áreas precárias no país (PINHEIRO et al., 2016, p. 202). Ainda que o discurso oficial dos projetos de saneamento de áreas alagadas ou alagáveis em Belém declarasse de modo objetivo a intenção de recuperação ambiental e qualificação urbanística das áreas precárias, a avaliação de autores como Abelém (1988) lembra que estes projetos tinham como prática rotineira o

deslocamento e fixação da população remanejada em outros locais de forma permanente e contribuíam de maneira sensível para a relativa elitização destas áreas (PINHEIRO et al., 2016, p. 206)

Enquanto ocorria a verticalização das edificações na área central, as áreas mais susceptíveis a alagamento no entorno imediato do centro foram ocupadas por uma população migrante que provinha de outras regiões como do Baixo Tocantins e do Marajó, conforme Cardoso e Lima (2015), que não foram afetadas pela projeto de integração nacional. Devido às características fisiográficas da região, com terrenos quase planos e susceptíveis a alagamentos recorrentes, essas áreas, localmente conhecidas como Baixadas, foram ocupadas a partir de uma matriz tradicional ribeirinha (CARDOSO e LIMA, 2006). Posteriormente, outras estratégias de ocupação informal de terras ficaram conhecidas a partir da continentalização do território com a construção de rodovias (PINHEIRO et al., 2016).

A utilização dessa matriz tradicional ribeirinha tentava emular no centro metropolitano as práticas socioespaciais ribeirinhas, como a construção de casas e pontes em madeira sobre o rio, como forma de assentar-se nas áreas alagadas, ignoradas pelo processo de ocupação formal de terras, como forma de se inserir na cidade a partir de adjacências das áreas consolidadas (CARDOSO e LIMA, 2006). O adensamento populacional das baixadas e a mudança de uso agrícola para habitacional provocou o deslocamento das atividades agrícolas que existiam nessas áreas para outros locais mais distantes dos centros urbanos (OLIVEIRA e CARDOSO, 2018).

Os estudos realizados por Pinheiro et al (2016) destacam quatro tipologias de assentamentos precários na Região Metropolitana de Belém: a Baixada derivada da disponibilidade de terras próximas ao centro metropolitano; a Ocupação em área de expansão e Conversão de terra rural em urbana decorrentes do processo de construção de rodovias, diferenciando-se principalmente quanto o grau de conflito fundiário em

relação a ocupação da terra; e o Assentamento ribeirinho devido as questões de formalização jurídica da terra, a ausência de infraestrutura e a exclusão por parte dos programas assistenciais – ver figura 5(PINHEIRO et al., 2016).

Figura 5: Tipologia de Assentamentos Precários na RMB

Tipologia de Assentamentos Precários na RMB	
Tipo	Caracterização
Baixada	Ocupações juridicamente irregulares de terra urbana. Localização próxima as centralidades economicas de áreas urbanas. Estratégia de acessibilidade ao mercado de trabalho e ao abastecimento Localizadas nas proximidades de cursos d'água. Área sujeita a alagamento. Constituição de quadras e lotes em detrimento do acesso viário. Vias de acesso tortuosas. Comum instalação de pontes estreitas e suspensas, em madeira. Expansão de modo ramificado e rizomático, não existe necessariamente um ponto central. Alta contiguidade entre edificações. Aterramento de quintais com detritos da construção civil e dos domicílios, incluindo caroços do fruto do açaí. Áreas de alagamento mais permanentes costumam serem deixadas alagadas para construção de pontes.
Ocupação em área de expansão urbana	Acesso juridicamente irregulares de terra urbana. Localização em áreas ambientalmente frágeis e/ou terras públicas. Ocupação de glebas especialmente articuladas a corredores viários. Deficiência de infraestrutura em caráter coletivo. Articulação irregular com a rede de infraestrutura e serviços urbanos do entorno, como as linhas e trajetos de ônibus. Ocupação horizontal e, em geral, de forma extensiva. Parcelamento de lotes estreitos, porém profundos. Arruamento relativamente legível. Existência eventual de liderança comunitária do movimento de ocupação da terra, com caráter de exploração econômica direta dos lotes ocupados ou coordenação das medidas a tomar para regularização fundiária posterior. Eventual articulação com membros do poder político local ou estadual.
Conversão de terra rural em urbana	Terra de litígio judicial, ociosidade ou subutilização, em geral, terras privadas. Em geral, são de baixo preço no mercado local de terras. Ocupação de terras em zona rural ou nas imediações do perímetro urbano. Ocupação de grupos de famílias e indivíduos organizados por um grupo menor em torno da luta por moradia. Menos acessíveis, mal servidas por conexões viárias, em zonas de ocupação esparsas, de baixa densidade, desprovidas de equipamentos urbanos. Segregação socioespacial mais acentuada, maiores dificuldades de regularização fundiária e extensão de infraestrutura. Existência de poderes paralelos à legalidade.
Assentamento ribeirinho	Falta de formalização jurídica estável da situação de posse da terra. Ausência parcial ou total de infraestrutura. Precariedade nos transportes. Materiais construtivos das residências apresentam baixa resistência e durabilidade. Exclusão social, uma vez que essa população é pouco beneficiada por programas assistenciais ou por políticas públicas.

Fonte: PINHEIRO et al, 2016. Elaboração do Autor.

No emaranhar dos processos acima, tem-se o bairro do Jurunas, bairro periférico, ao sul da parte continental de Belém, situado no entorno dos limites administrativos dos bairros de classe média do município, o que propiciou o prolongamento do sistema de quadriculas dos bairros do entorno, em consonância com a transformação do ambiente construído, a partir do aterramento das áreas de várzea e modificação nas tipologias socioespaciais de moradia e outros.

A localização do bairro tornou-se um fator importante de transformação, pois se antes abrigava a população mais pobre no alagado, hoje possibilita a inserção de edifícios residências verticais nas partes próximas às áreas nobres – ver figura 6. Embora possua as características típicas de um bairro periférico, quanto à disposição de infraestrutura física e social, as particularidades no processo de formação, ou ocupação, do bairro constituíram diferentes faces, que se apresentam como a expressão mais visível das transformações ocorridas no bairro.

Figura 6: Localização do bairro do Jurunas em relação à Região Metropolitana de Belém



Fonte: IBGE, 2010. Elaboração do Autor.

AS FACES DO BAIRRO DO JURUNAS

Nos noticiários locais do município de Belém, o bairro do Jurunas manifesta duas faces que, em determinada medida, podem convergir ou divergir. Por um lado, o bairro é tido como perigoso, local onde ocorre de modo constante a ação policial como forma de coibir ilegalidades; por outro lado, ressaltam-se a festividade e alegria com que são conduzidas as festividades e comemorações nas sedes esportivas e principalmente nas ruas - ver figura 7. As opiniões dos moradores do bairro sobre ambas as faces convergem e divergem dependendo da localização dos moradores que as propagam. Aqueles que se situam próximo aos bairros considerados nobres ou às vias mais movimentadas, por conta da centralidade econômica, corroboram a primeira face citada anteriormente; enquanto aqueles que se encontram mais distantes destes reafirmam a face de festividade e da alegria nas sedes esportivas e principalmente nas ruas.

Figura 7: Notícias sobre o bairro do Jurunas, em Belém

Brega é tradição entre moradores no bairro do Jurunas, em Belém

É do Pará invadiu uma aula de brega para mostrar dois ritmos que comandam as pistas nas festas de aparelhagem.

Polícia Civil fará reunião com comunidade no bairro do Jurunas

[Versão para impressão](#) [baixar em PDF](#)

A Delegacia do Jurunas promove nesta quarta-feira (10), às 9 horas, uma reunião com representantes da comunidade e do Sistema de Segurança Pública e Defesa Social para discutir sobre a segurança pública no bairro, um dos mais populosos e importantes de Belém. O encontro foi definido na sexta-feira passada, na sede da unidade policial, na rua Roberto Camelier, em reunião que envolveu representantes do Conselho Comunitário de Segurança (Conseg) do Jurunas e o delegado Newton Nogueira.

BELÉM

Jurunas, o retrato da diversidade belenense

Um dos mais populosos da capital, bairro mostra pujança, apesar dos problemas

Fonte: G1 PA, 2017; OLIBERAL, 2018; SIC PA, 2019. Elaboração do Autor.

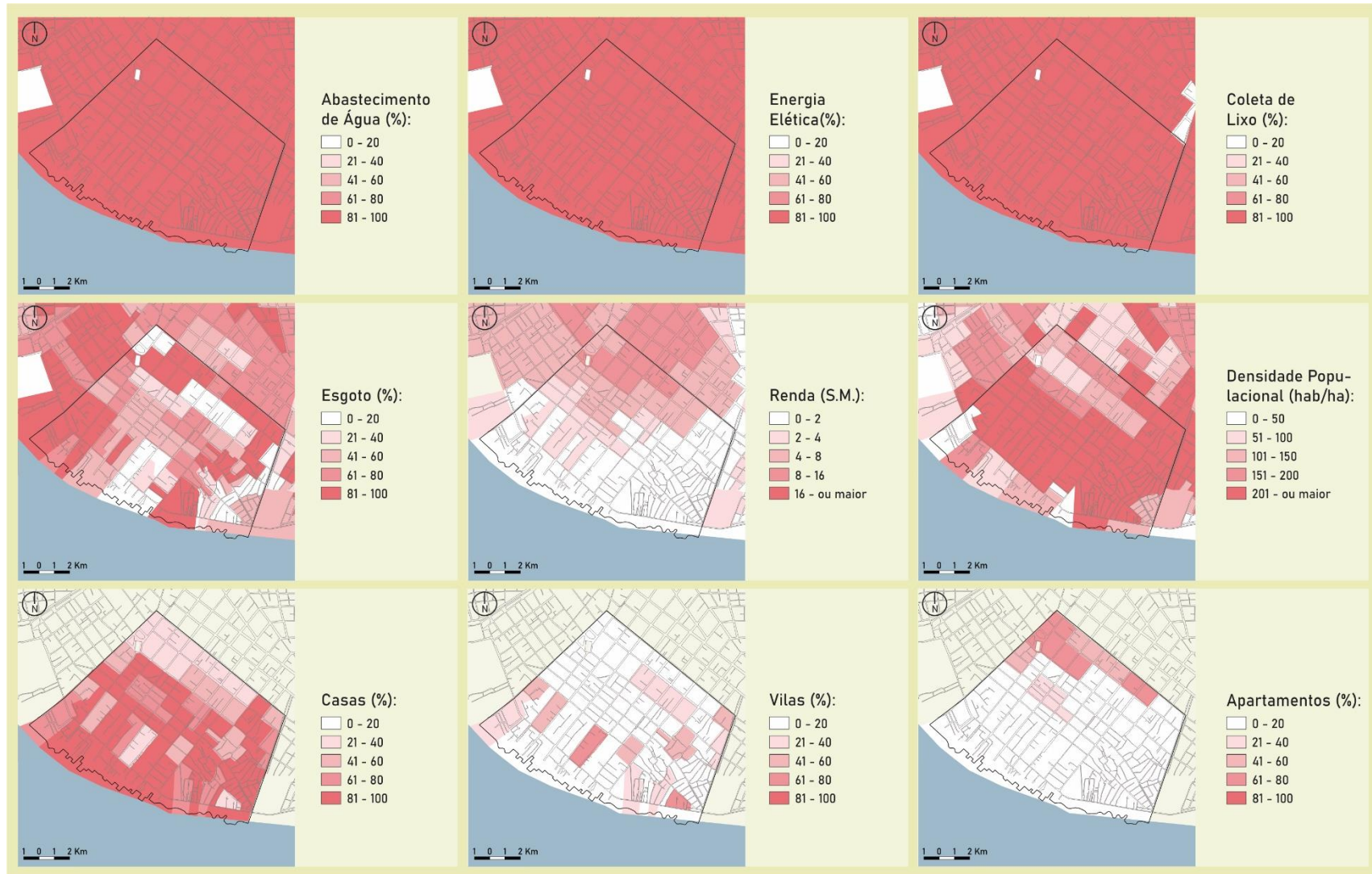
Embora a opinião dos moradores do bairro confirme, em geral, essas duas faces, ambas não são capazes de representar um espectro de diferentes manifestações, formas e intensidades de apropriação do espaço público no Jurunas. A construção desse capítulo nasce a partir de inquietações pessoais sobre “As faces do bairro do Jurunas” e se dedica a evidenciar e explicar esta multiplicidade a fim de construir um diagnóstico que embase a proposta de qualificação dos espaços públicos apresentado no próximo capítulo. Cabe ressaltar que a visão geral sobre essas duas faces se dá em decorrência da predominância de ambas em alguns espaços do bairro, no entanto, em uma escala menor é possível perceber que ambas as faces são permeadas por outras faces, que formam um dégradé ou um mosaico.

As observações iniciais que deram base para este trabalho, evidenciaram diferentes manifestações, formas e intensidades de apropriação do espaço público. Buscou-se fatores que pudessem explicar essas diferenças e

possíveis abordagens para tornar essas faces palpáveis para aqueles que leriam este trabalho. Esses leitores podem ser os responsáveis, em determinada medida, pela elaboração de propostas de intervenção que ocorrerão no bairro, moradores do bairro ou interessados no tema tratado deste trabalho de conclusão de curso.

Os dados do IBGE (2010) sobre a disposição de infraestrutura física, densidade populacional, faixa etária, renda familiar e tipologia habitacional, oferecem indícios explicativos para tais diferenças, conforme a figura 8. Os dados de infraestrutura física não se destacaram, devido à sua distribuição homogênea no bairro, embora o resultado apresentado pelos dados do IBGE (2010) não corresponda à realidade local – ver figura 8. Os demais dados indicaram importantes diferenciação das manifestações, formas e intensidades de apropriação do espaço público, corroborando os fatores necessários para a presença de vida nos espaços públicos ressaltados pela literatura internacional sobre desenho urbano (GEHL, 2013).

Figura 8: Dados gerais sobre infraestrutura física e tipologia socioespacial de ocupação do solo



Fonte: IBGE, 2010. Elaboração do Autor.

Gehl (2013) cita como fatores importantes para vida na cidade a presença de uma densidade populacional que seja capaz de sustentar a vida dos espaços públicos nas áreas residenciais ou nas áreas com outros usos, como comerciais e de serviços, nos centros comerciais a partir da centralidade e do poder de atração presentes nestes locais; outros fatores como a faixa etária e renda familiar são importantes à medida que estabelecem limites de acesso a espaços de lazer, principalmente, privados.

No caso do bairro do Jurunas, um dos bairros mais populosos do município de Belém segundo o IBGE (2010), a densidade populacional é distribuída de forma desigual; também há um contraponto entre a parte mais ao norte e a parte mais ao sul do bairro, em relação à concentração da diversidade de faixas etárias, distribuição dos níveis de renda familiar e de tipologia habitacional casa ou vila, que se concentram mais na parte mais próxima a baía do Guajará e implicam, respectivamente: na quantidade de pessoas utilizando as ruas como local de permanência ou passagem; na diversidade de formas de apropriação pela

presença de crianças até idosos; e nos locais onde as atividades acontecem, próximos ou distantes, públicos ou privados. Estes aspectos são reflexos das manifestações, formas e intensidades de apropriação do espaço público e podem ser explicados a partir de fatores históricos que influenciaram o processo de ocupação do bairro e as atividades econômicas desenvolvidas pelos moradores.

As figuras a seguir são resultado do trabalho de campo desenvolvido a fim de verificar *in loco* as formas e intensidades de apropriação do espaço público – ver figura 9 e 10. O trabalho de campo consistiu em observação, anotação e registro fotográfico do cotidiano; contagem de veículos automotores, pedestres e ciclistas; e entrevistas semiestruturadas com moradores do bairro. A partir do trabalho de campo foi possível constatar que além dos fatores analisados anteriormente, a relação de vizinhança, o grau de centralidade, o espaço disponível para as atividades, o uso do solo e a hierarquia viária foram fatores importantes e que resultaram na produção das quatro faces citadas do bairro do Jurunas.

Figura 9: Sistematização das entrevistas com elementos analisados

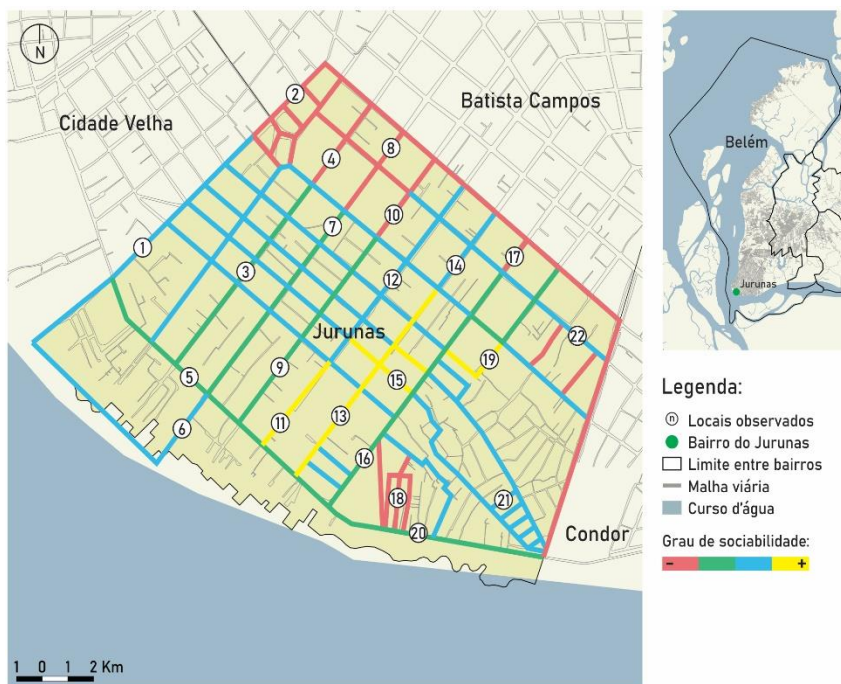
Categorias/Subcategorias		Pontos de observação																					
		Ponto 1	Ponto 2	Ponto 3	Ponto 4	Ponto 5	Ponto 6	Ponto 7	Ponto 8	Ponto 9	Ponto 10	Ponto 11	Ponto 12	Ponto 13	Ponto 14	Ponto 15	Ponto 16	Ponto 17	Ponto 18	Ponto 19	Ponto 20	Ponto 21	Ponto 22
Interação de vizinhança	Fraco																						
	Médio																						
	Forte																						
Interação de comercial	Fraco																						
	Médio																						
	Forte																						
Faixa etária	Criança																						
	Jovem																						
	Adulto																						
	Idoso																						
Espaço disponível	Pátio																						
	Calçada																						
	Canteiro																						
	Faixa de rolamento																						
Uso do solo	Pequeno porte																						
	Médio porte																						
	Grande porte																						
Hierarquia viária	Local																						
	Coletora																						
	Arterial																						

Fonte: Elaboração do Autor.

O trabalho de campo e a composição da figura acima permitiram compreender que os graus – fraco, médio e forte – da relação de vizinhança e da centralidade dos pontos observados eram os elementos preponderantes para a formação de uma face do bairro. Isto está aliado em determinada medida as demais categorias e subcategorias dispostas na figura, como espaço disponível, uso do solo, faixa etária e hierarquia

viária, no entanto, a variabilidade na presença dessas categorias não impactou de forma decisiva a relação de vizinhança e centralidade à medida que há a alternância dentro dos elementos da subcategoria, uns compensando a ausência dos outros. A figura 10 representa as quatro faces do bairro, expressas segundo o grau de sociabilidade observado, identificados a partir dos pontos de observação levantados (numerados) e das entrevistas.

Figura 10: Sistematização da localização dos pontos de observação



Fonte: Elaboração do Autor.

A trajetória histórica do processo de ocupação e formação do bairro do Jurunas, somada aos fatores destacados no capítulo anterior, explica a diferenciação entre as faces do bairro. Nas entrevistas conduzidas durante o trabalho de campo, foi possível entender como ocorreu o processo de estruturação do bairro desde a década de 1930, tanto pelo uso habitacional quanto por outros usos e a predominância deles em determinadas partes do bairro.

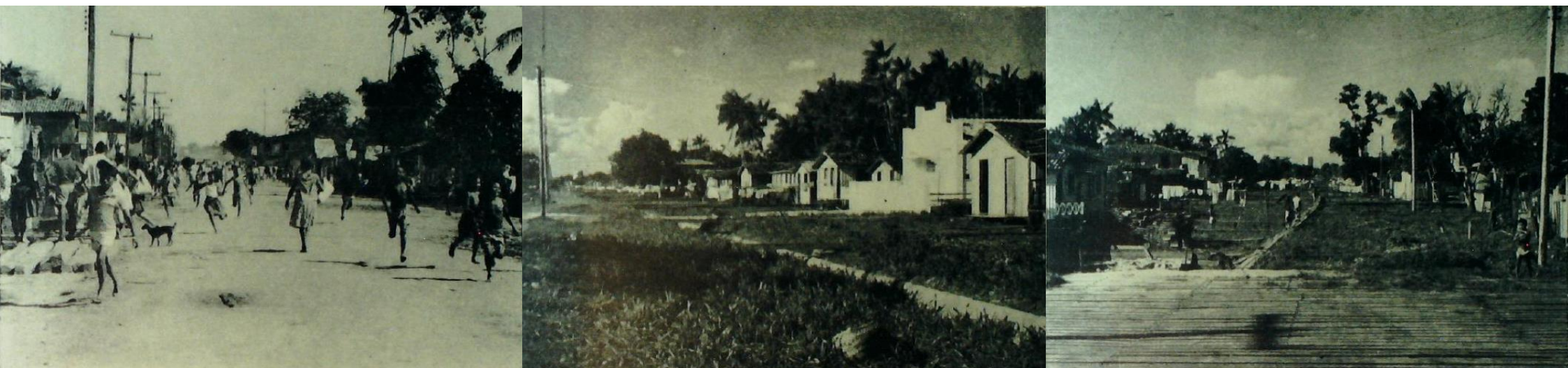
Outros estudos produzidos sobre a área que hoje é delimitada como bairro do Jurunas, evidenciam que o processo de ocupação se dá desde antes do século XX em decorrência de uma ocupação indígena da área anterior à fundação da cidade portuguesa, e sua posterior segregação produzida pelos colonizadores da região (RODRIGUES, 2016; CRUZ, 1973). Devido às características da várzea amazônica, foi recorrente a citação às estratégias socioespaciais da matriz tradicional ribeirinha foram utilizadas para viabilizar a ocupação desse tipo de área, como a construção da moradia de madeira sobre

estrutura palafíticas - estruturas de madeira que permitem a elevação da moradia - assim como a utilização de pontes, como forma de ligação entre os elementos que compunham o assentamento - ver figura 11.

Na década de 1930, os relatos permitiram compreender que havia uma dispersão das moradias em decorrência da disponibilidade de terra, foram trazidas para essa área tanto práticas socioespaciais como a construção das moradias como citado anteriormente, mas

também a utilização de práticas de subsistência que viabilizavam a sobrevivência da população no local e a inserção dessa população no mercado informal por meio do abastecimento de feiras por gêneros alimentícios produzidos no local ou em regiões interioranas com as quais mantinham - e ainda hoje mantêm - relações, a partir da constituição de uma rede familiar e de apoio que se encontra dispersa na região.

Figura 11: Bairro do Jurunas na década de 1970



Fonte: CRUZ, 1973.

O espaço de lazer esteve contido entre o ambiente semipúblico e o público, nos pátios das moradias e nas estivas que interligavam as casas dos assentamentos. As práticas de lazer trazidas do local de origem dos migrantes, como sentar a porta de casa, no pátio, a brincadeira nas estivas e outros, se juntaram a outras formas de lazer que ocorriam em outros espaços fora do bairro como a prática da fé católica e do sincretismo religioso.

A principal mudança na estruturação do espaço ocorreu principalmente a partir do adensamento construtivo das moradias no bairro aliada a prática de aterramento das áreas alagadas ou alagadiças após a década de 1960, isso se deu em um primeiro momento de transformação; um segundo momento foi marcado pela transformação do espaço físico a partir do enclausuramento das pessoas em suas moradias, a partir da construção de muros ao redor das casas ou lotes e principalmente o gradeamento dos espaços, até então semipúblico, após os anos 2000.

A partir de então, o espaço foi composto por um mix de processos de ocupação e transformação da moradia que impacta tanto os espaços público, quanto semipúblico e privado. Soma-se a isto um processo de migração ou mudança dos moradores, alterando a rede de apoio ou vizinhança que foi estabelecida anteriormente. Foi possível perceber que as tipologias socioespaciais em determinada medida também impactavam essas relações à medida que a introdução da tipologia prédio ou condomínio possibilitava a reestruturação de lotes e relações pessoais para viabilizar tais empreendimentos.

A proximidade com os bairros centrais, que sofreram influência do plano de alinhamento e arruamento viário na concepção do seu traçado viário, propiciou a expansão do traçado ortogonal para o bairro do Jurunas devido à proximidade. Contudo, em relatos obtidos por meio de entrevistas conduzidas com moradores mais antigos do bairro, que viverem no bairro desde a década de 1930 e 1940, constatou-se que essa extensão das ruas não foi necessariamente resultado da ação dos agentes

formais, e que o traçado seguido pelas ruas, ou estivas naquele momento, seguiam o alinhamento das vias dos bairros do entorno por uma expectativa do aterramento e asfaltamento das vias - ver figura 12.

Essa concepção de produção do espaço, de forma a respeitar os alinhamentos, de fato possibilitou e viabilizou posteriormente a provisão de infraestrutura, por questões de custo-benefício relacionadas à forma de produção dos assentamentos e dos elementos morfológicos. Isso

promoveu a reestruturação dos espaços de convivência, à medida que o aterramento e o asfaltamento necessitaram de espaços para a abertura de leito carroçável e calçadas.

A partir dos anos 2000 a história de transformação de parte do bairro, destaca a segurança e outros elementos, como a migração da vizinhança, como elementos fundamentais para o confinamento nas moradias. Enquanto as interações e lazer em determinada parte do bairro acontecem a partir de deslocamentos para

Figura 12: Bairro do Jurunas, 2019



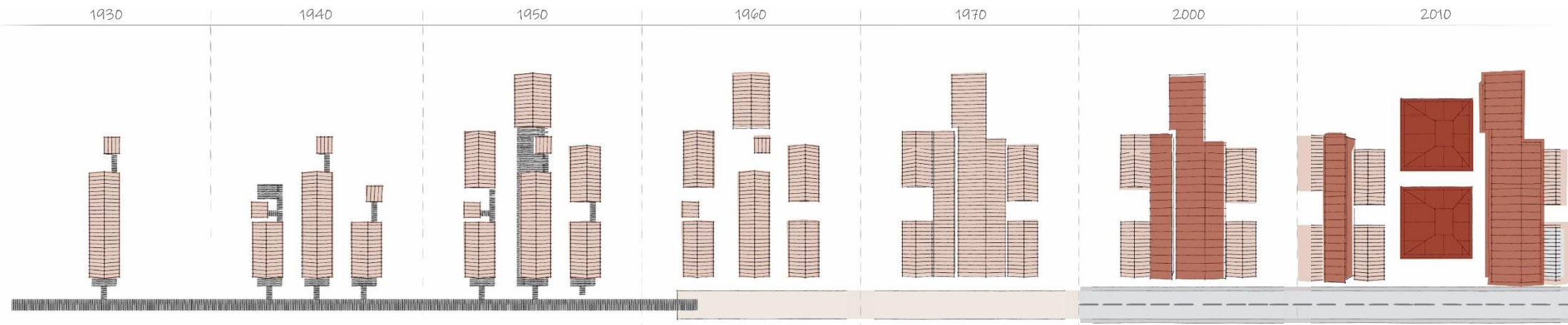
Fonte: Elaboração do Autor.

pontos de encontro fora do bairro, outra parte provê essas interações nos espaços públicos de vielas, pátios, calçadas, canteiros e no próprio leito carroçável. Essa riqueza – cabe a ressalva, decorrente da ausência do poder público na estruturação de espaços adequados – se dá em decorrência tanto da forma de estruturação dos espaços público, semipúblico e privado, quanto de uma trajetória histórica da formação de uma rede de vizinhança, solidariedade, familiar e de apoio, que é constituída no bairro a partir da migração de familiares e

conhecidos da população, do interior para o bairro, como forma de acesso a serviços públicos e a emprego – ver figura 13.

Como destacado anteriormente, a interação de vizinhança é um elemento forte e presença em determinadas partes do bairro como pode ser observado na classificação e espacialização acima, isto está relacionado como a rede de apoio configurada no processo de migração da população de outros locais para o bairro; em sua parte mais crítica quanto a este elemento, a rede

Figura 13: Trajetória das tipologias socioespaciais no bairro do Jurunas



Fonte: Elaboração do Autor.

de relações se desfez à medida que houve a migração dos vizinhos para novas moradias para dentro do bairro, mas para locais mais distantes, ou e principalmente para outros bairros. Essa rede de vizinhança, à medida que conserva práticas de sentar na porta de casas ou da ajuda mútua em dias difíceis entre os vizinhos, conduz a uma série de outras relações familiares e entre famílias amigas, que constroem a tradição da utilização do espaço público como local de festejo.

A formação de centralidades no bairro é outro elemento preponderante da vida na cidade, por conta dos espaços de fluxo ou de permanência. O bairro possui diferentes portes de equipamentos ou usos de comércio e serviço. Os de grande porte estão localizados principalmente nas vias que estruturam o bairro (arteriais ou coletoras), enquanto os de pequeno porte estão concentrados nas vias locais, configurados principalmente por pequenos estabelecimentos comerciais que dão suporte a vida cotidiana nas proximidades das residenciais

sem que seja necessário um deslocamento maior até pontos comerciais de médio e grande porte.

Essas diferenças são expressas no espaço como foi dito anteriormente, mas também se tornam mais evidentes em diferentes horários. Enquanto nas vias arteriais e coletoras o fluxo e a permanência de pessoas acontecem predominantemente pela manhã, nas vias locais isso acontece principalmente na parte da tarde e na parte da noite.

A formação de diferentes grupos que mantêm a relação no espaço com diferentes faixas etárias é importante à medida que cada faixa etária ou cada grupo pratica atividades diferentes e ocupa espaços diferentes, que enriquecem a vida do bairro.

O espaço disponível ou o espaço onde as manifestações sociais e de lazer acontecem é um elemento importante para compreender como outros fatores, como a presença de ônibus ou outros veículos automotores pode influenciar no espaço onde essas relações acontecem, marcadamente na pior e na melhor

das situações observadas essas apropriações ocorrem, respectivamente, de forma concentrada nas calçadas ou de forma generalizada sobre todos os elementos que compõem a rua ou o espaço semipúblico ou público, como os pátios, calçadas, faixas de rolamento, canteiros e outros.

O uso do solo é outro elemento importante para compreender a capacidade de atração de pessoas ou outras atividades para próximo dos locais, relaciona-se com a questão de centralidade econômica ou força de atração comercial, observado conforme consta na Figura 9. Os usos do solo foram divididos em três categorias por porte: pequeno, médio e grande, isso se relaciona com a presença de pequenos pontos comerciais como mercearias e outros até a presença de complexo de feira, unidades básicas de saúde, escolas públicas, portos e outros.

A hierarquia viária é a última categoria relacionada à Figura 9, alguns dos elementos destacados ocorrem

transversalmente a outros aspectos que são considerados principais, por exemplo, a categoria hierarquia viária é uma categoria secundária que define a forma de apropriação nos espaços disponíveis para manifestações sociais e de lazer como foi citado anteriormente.

A PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

A elaboração desse trabalho de conclusão de curso pode evidenciar a existência de dois extremos; respectivamente, um primeiro no qual as relações sociais e de lazer ocorrem predominantemente dentro dos espaços privados e em lugares fora do bairro, e um segundo no qual essas manifestações sociais e de lazer ocorrem predominantemente no espaço público e semipúblico dentro do bairro, sejam nas ruas, calçadas, canteiros e pátios. Desta forma, esta proposta de intervenção se baseia na sistematização das quatro faces do bairro evidenciadas anteriormente e tem como objetivo principal viabilizar a permanência de diferentes modos de apropriação do espaço como forma de lazer dentro do bairro.

Esta proposta parte da qualificação dos espaços de deslocamento e permanência assim como do melhoramento da qualidade da paisagem urbana como

forma de priorizar os pedestres e ciclistas em detrimento dos veículos automotores como antagonicamente tem ocorrido. É proposto a sistematização de “ruas tipo” as quais deem suporte aos diferentes graus e formas de apropriação do espaço público do bairro. A proposta está dividida em duas partes: a primeira parte apresenta os objetivos e diretrizes de ação, enquanto a segunda parte apresenta as conclusões do trabalho e propostas que incorporam as diretrizes de ação apresentadas na parte 1, respeitando as diferentes faces do bairro do Jurunas.

OBJETIVO GERAL:

- Priorizar os deslocamentos não motorizados.

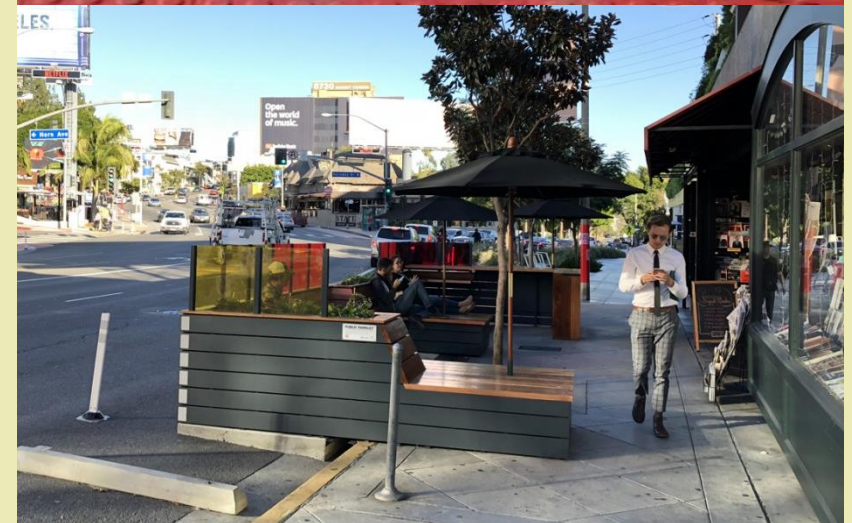
OBJETIVO ESPECÍFICO:

- Qualificar as vias de deslocamento.
- Melhorar as condições de intermodalidade.

DIRETRIZES DE AÇÃO:

- Prover calçadas em todas as ruas, considerando a acessibilidade, largura adequada ao passeio, a fluidez, continuidade e segurança nas vias de deslocamento.
- Equipar as vias como mobiliário urbano adequado, como bancos para permanência temporária ou lixeiras para descarte de resíduos sólidos.
- Arborizar as vias de deslocamento.

Figura 14: Calçada acessível



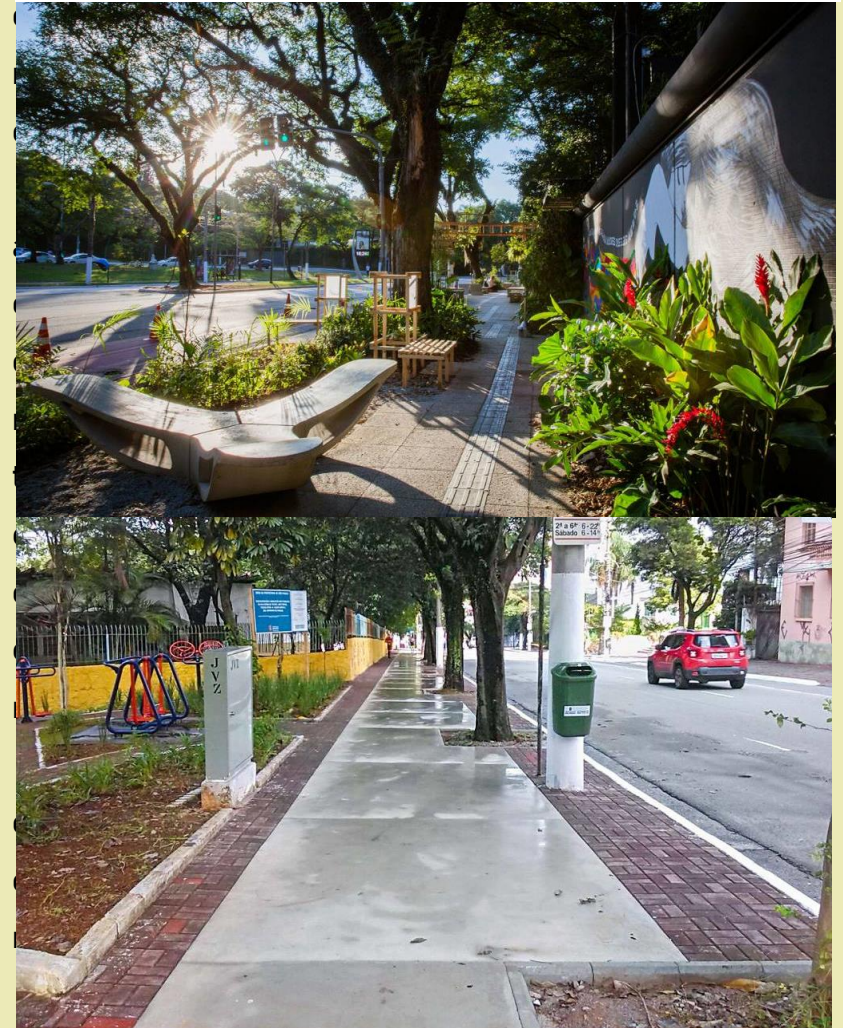
Fonte: <<https://viapaisagemurbana.eco.br/2017/04/04/calçadas-e-sua-acessibilidade>>

- Segregar as vias de deslocamento de pedestres, ciclistas e outros por meio de barreiras físicas sempre que possível.
- Propor perfis viários com diferentes arranjos e prioridades em relação as formas de deslocamento
- Propor conexões viárias que correspondam aos diferentes perfis viários e priorize os meios de deslocamento não motorizados.
- Propor diferentes estratégias de organização do espaço, como a presença de mobiliário urbano, estacionamento público e aumento do número de mãos nas vias de deslocamento, como forma de reduzir a velocidade de tráfego de automóveis.

JUSTIFICATIVA:

A diversidade de usos dentro e próximo do bairro, inclusive com a formação de centralidades capazes de atrair moradores de outros bairros

Figura 15: Calçada arborizada

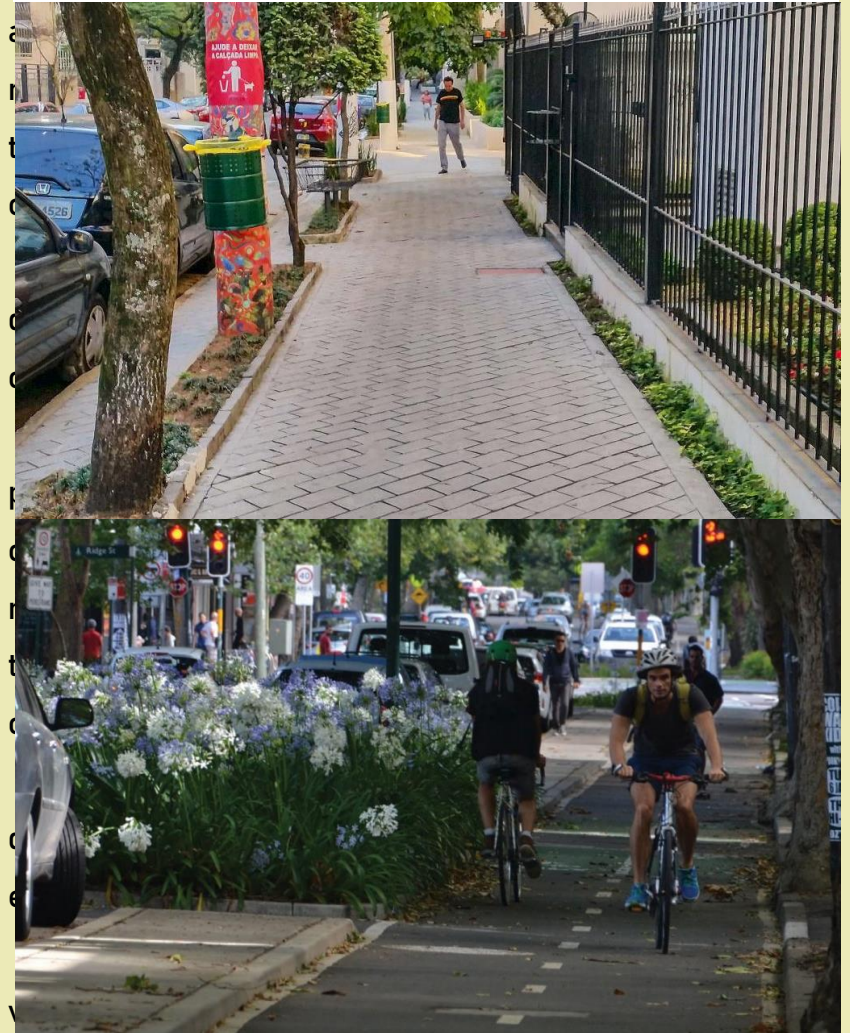


Fonte: <<https://casacor.abril.com.br/decoracao/a-calcada-da-casacor-sp-e-um-convite-a-ocupacao-e-exercicio-da-cidadania/>>

os moradores do bairro do Condor, é um importante elemento quanto à geração de fluxo de pedestres, ciclistas e motoristas, no entanto, a forma como o espaço público foi estruturado para receber esses fluxos não é adequado, tendo como consequência a utilização das faixas de rolamento pelos pedestres, ciclistas, motoristas de automóveis, assim como pela instalação de barracas que vendem gêneros alimentícios, causando congestionamento do tráfego e insegurança aqueles que utilizam determinadas vias.

Essas diretrizes gerais seguem proposições elaboradas a partir de experiências internacionais sobre a intervenção no espaço público como forma de qualificá-lo e torná-lo atrativo à população. Tais experiências ressaltam os aspectos positivos das diretrizes de ação citadas anteriormente como forma de tornar a experiência de viver na cidade mais agradável,

Figura 16: Ciclovias



Fonte: <<https://vejasp.abril.com.br/cidades/calçadas-sao-paulo-problemas-especialistas/>>

ista físico em relação ao conforto ambiental, quanto do ponto de vista psicológico a partir do conforto visual (ver figuras 14, 15 e 16).

Propõem-se a priorização dos deslocamentos não motorizados a partir da qualificação das vias de deslocamento e a melhora das condições de intermodalidade por acreditar que diretrizes de ação como a provisão de calçadas adequadas, seja do ponto de vista da acessibilidade e segurança, seja pelo espaço disponível, assim como a arborização das vias de deslocamento, a provisão de mobiliário urbano, a segregação dos meios de locomoção e outros, possam colaborar para a estruturação do espaço de forma que sejam priorizados os meios de locomoção não motorizados, oportunizando segurança de maneira geral para aqueles que se deslocam ou praticam alguma atividade de permanência nesses espaços (ver figura 17).

Figura 17: Ciclovia



Fonte: <<https://globaldesigningcities.org/publication/global-street-design-guide/utilities-and-infrastructure/>>

OBJETIVO GERAL:

- Criar espaços de convivência atrativos ao público.

OBJETIVO ESPECÍFICO:

- Qualificar os espaços de permanência.

DIRETRIZES DE AÇÃO:

- Prover espaços acessíveis, seguros e com dimensões adequadas a realização de atividades diversas.
- Equipar os espaços de permanência com mobiliário urbano adequado, como bancos para permanência prolongada ou lixeiras para descarte de resíduos sólidos decorrentes das atividades realizadas.
- Arborizar os espaços de permanência.

Figura 18: Espaço público surgido espontaneamente



Fonte: <<http://www.pinhazinho.sc.gov.br/1-piquenique-cultural-reune-grande-publico-na-praca-avelino-fiorini>>

JUSTIFICATIVA:

A qualificação dos espaços de deslocamento é importante de uma forma geral para o bairro uma vez que para chegar até outro ponto dentro ou fora do bairro, é necessário se deslocar. Enquanto existir diferentes faces no bairro do Jurunas, que se apropriam de diferentes formas e intensidades do espaço público, a qualificação do espaço de permanência será de maior importância em determinadas partes.

O mínimo de suporte é necessário para que haja a existência de determinadas práticas, por isso propomos a qualificação dos espaços de permanência por meio da provisão de espaços acessíveis, seguros e com dimensões adequadas à realização de atividades diversas, da provisão de mobiliário urbano adequado, como bancos para permanência prolongada ou lixeiras para

Figura 19: Espaço público surgido espontaneamente



Fonte:

<http://www.descobertonet.com.br/noticias/2017.06.14_dia.da.padroeira.php>

da arborização dos espaços de permanência para que as diretrizes de ação ressaltadas acima possam fortalecer as práticas já existentes e possam prover espaços adequados para que outras manifestações sociais aconteçam (ver figuras 18, 19 e 20).

Figura 20: Espaço público surgido espontaneamente



Fonte: <<https://www.revistahabitar.com.br/eventos/se-essa-rua-fosse-minha/>>

OBJETIVO GERAL:

- Melhorar a qualidade da paisagem urbana.

OBJETIVO ESPECÍFICO:

- Associar a qualificação física dos espaços de permanência e de fluxo à apropriação coletiva dos espaços públicos.

DIRETRIZES DE AÇÃO:

- Conceder permissão temporária para atividades em espaços públicos.
- Consolidar espaços de permanência surgidos espontaneamente.
- Incentivar a apropriação do espaço por meio da personalização dos espaços públicos pela população.

Figura 21: Espaço público



Fonte: <<https://www.thecityfixbrasil.org/2015/05/20/nossa-cidade-a-qualificacao-do-espaco-a-partir-da-infraestrutura/>>

JUSTIFICATIVA:

Qualificar os espaços de permanência do ponto de vista físico não exaure a necessidade de outros meios para tornar o espaço passível de ser apropriado e significativo para a população que pode utilizá-lo. Torna-se necessário reforçar as práticas que já acontecem, seja por meio do incentivo à promoção de festas comunitárias, atividades comerciais e culturais, de forma a criar um senso de comunidade, seja de outras formas. Propõe-se a concessão de permissões temporárias para a realização de atividades comerciais e culturais em espaços públicos, de forma a viabilizar a realização de tais práticas no espaço público, a consolidar os espaços de permanência surgidos espontaneamente e a incentivar a apropriação do espaço por meio da personalização dos espaços públicos pela população (ver figura 21 e 22).

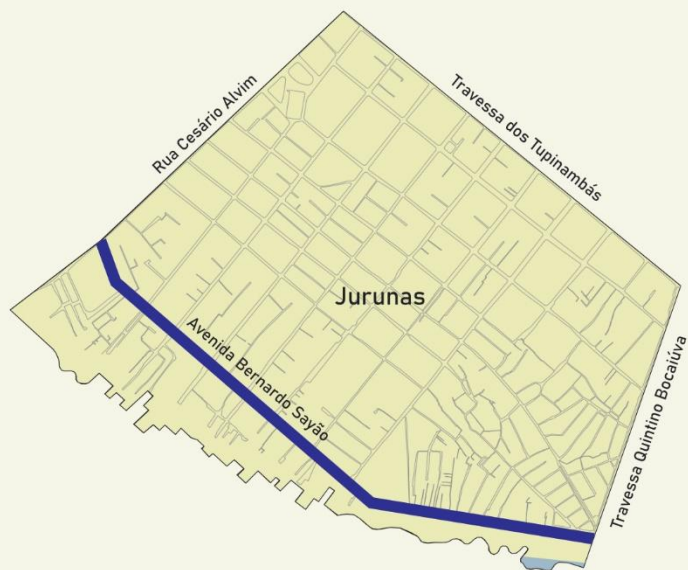
Figura 22: Espaço público



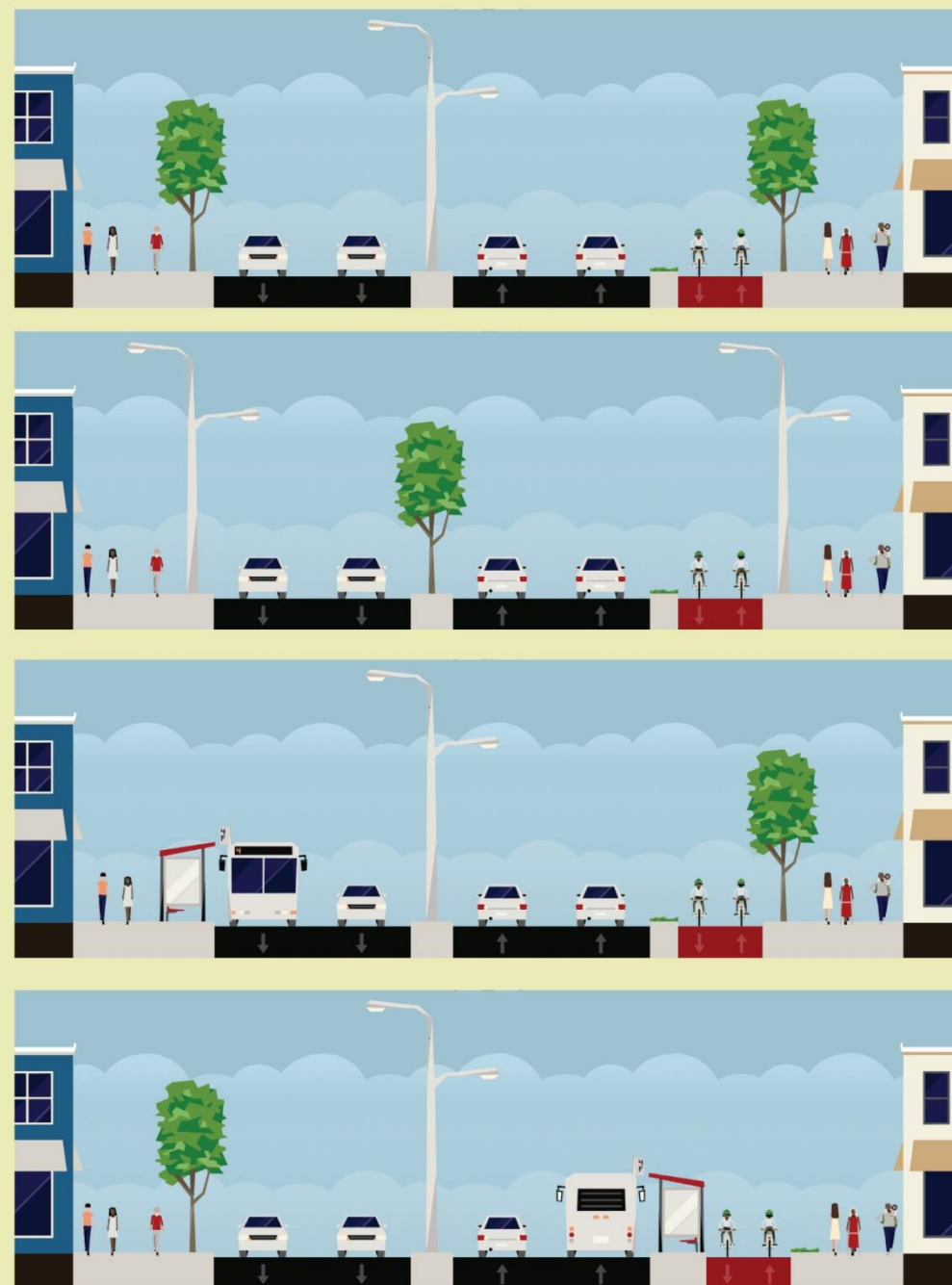
Fonte: <<https://www.salvadorbahia.com/roteiros/cinco-vias-fechadas-para-lazer/>>

Rua Tipo I

A «Rua Tipo I» foi proposta para uma via específica na qual as formas de apropriação do espaço decorrem principalmente das atividades comerciais que existem no entorno e na qual a apropriação do espaço decorrente das interações de vizinhança se dão predominantemente no período na noite e de forma não tão intensa, como pode ser visto na figura 9. Desta forma, foi proposto a realocação da ciclovia próxima à calçada arborizada e o aumento das larguras das calçadas arborizadas a partir da diminuição dos estacionamentos públicos, como forma de priorizar os pedestres e ciclistas.

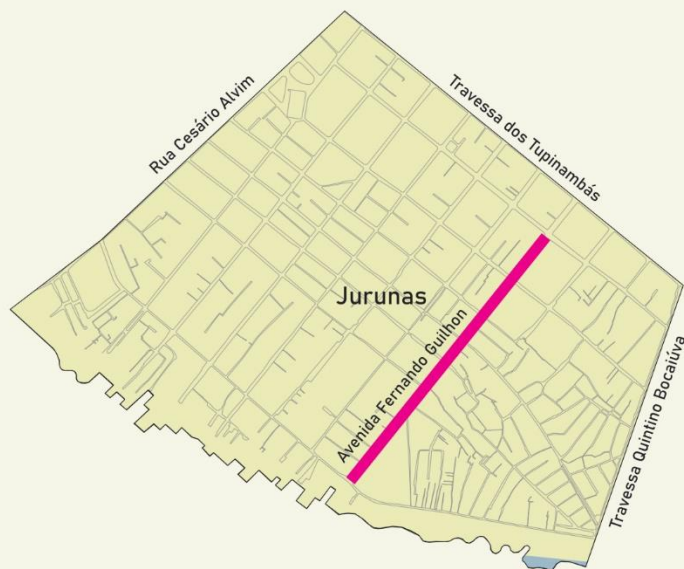


Rua Tipo I

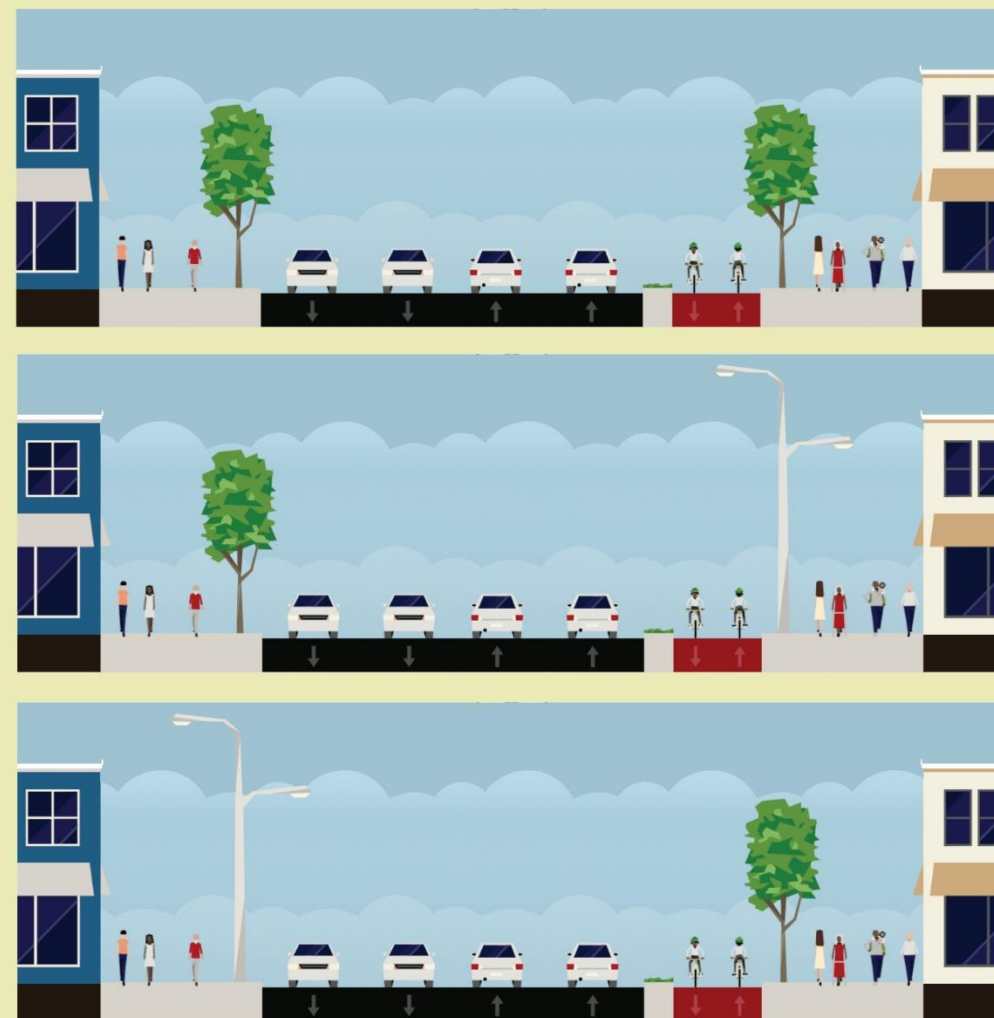


Rua Tipo II

A «Rua Tipo II» foi proposta para uma via específica na qual as formas de apropriação do espaço decorrem principalmente das atividades comerciais que existem no entorno e na qual a apropriação do espaço decorrente das interações de vizinhança se dão predominantemente no período na noite e de forma não tão intensa, mas há a peculiaridade da existência de uma feira de gêneros alimentos durante a parte da manhã a qual é responsável pelo fluxo comercial no entorno. A reestruturação da via foi pensada de modo a viabilizar e promover com segurança as atividades comerciais que ocorrem tanto no espaço público quanto semipúblico, e o fluxo de pedestres.

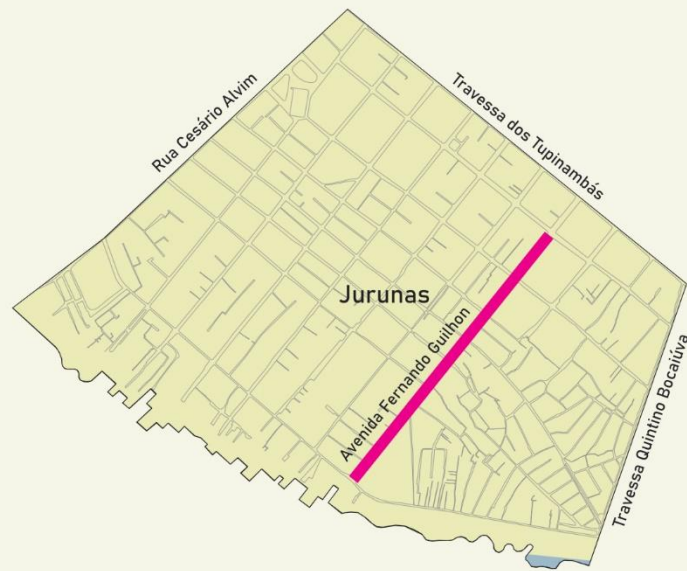


Rua Tipo II

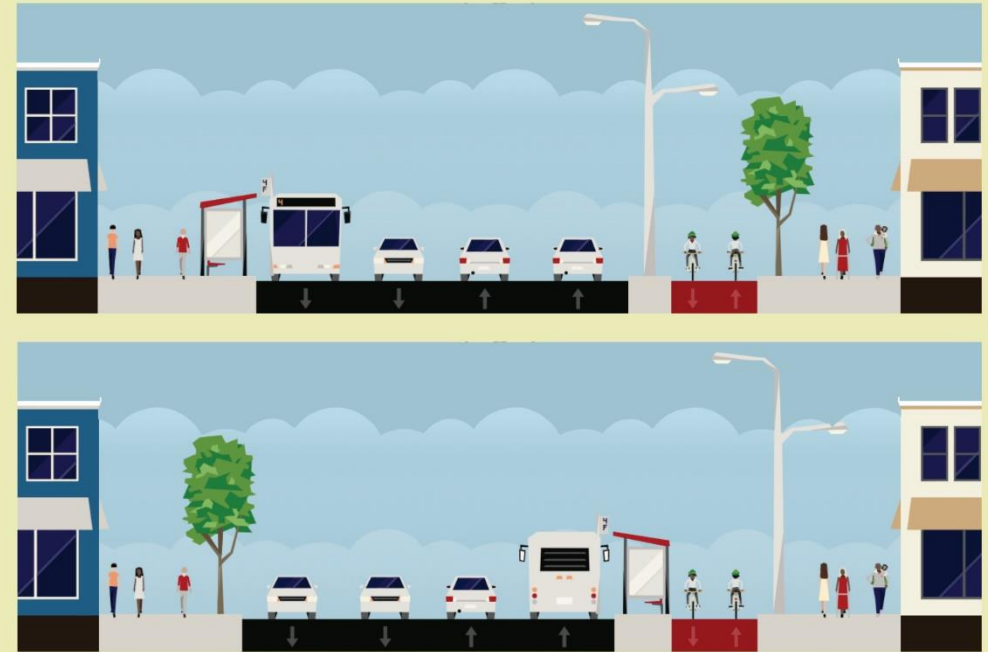


Rua Tipo II

Optou-se pela permanência das quatro faixas de rolamento para veículos automotores devido a importância da via como coletora do fluxo de passageiros do sistema de transporte público; no entanto, a redução dos estacionamentos públicos nas laterais das faixas de rolamento permitiu a estruturação de uma ciclovia de ambas as mãos e o alargamento das calçadas arborizadas.

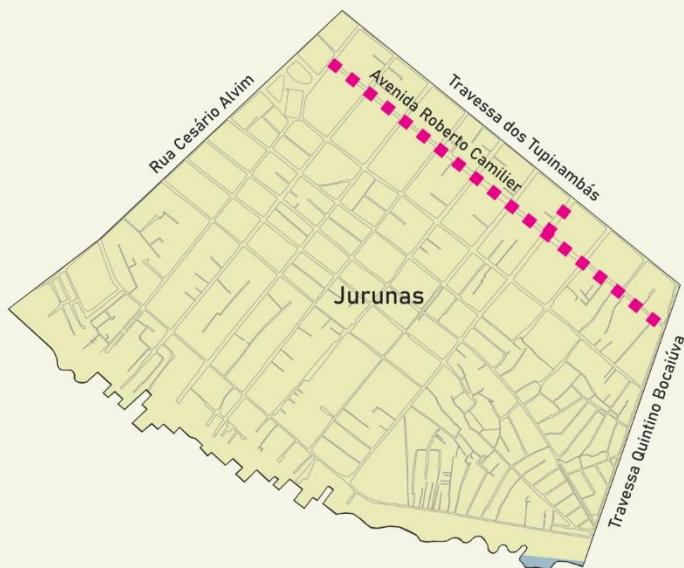


Rua Tipo II



Rua Tipo III

A «Rua Tipo III» foi proposta para estas duas vias específicas em decorrência da fragilidade da interação de vizinhança e econômica que estrutura a via. A proposta de reestruturação da via foi baseada na construção de uma ciclovia de ambas as mãos e de calçadas arborizadas. De forma geral, a proposição ciclovias em determinadas partes do bairro apóia a construção de uma rede de ciclovias que podem tornar o bairro mais integrado e seguro para quem pedala.

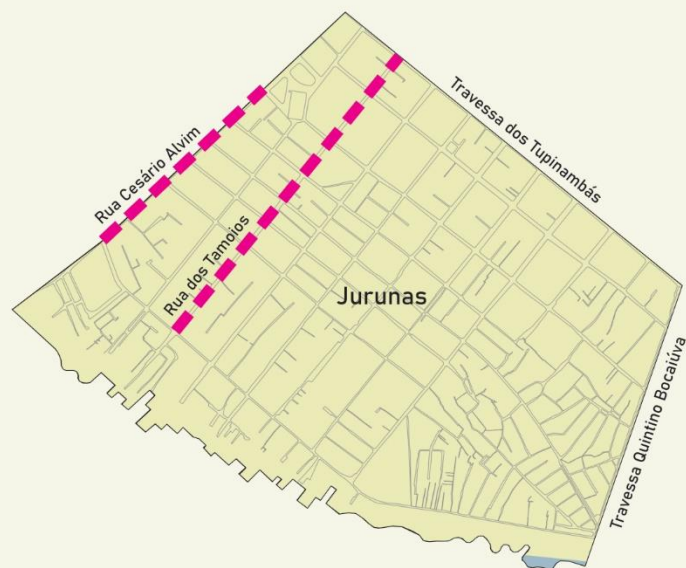


Rua Tipo III

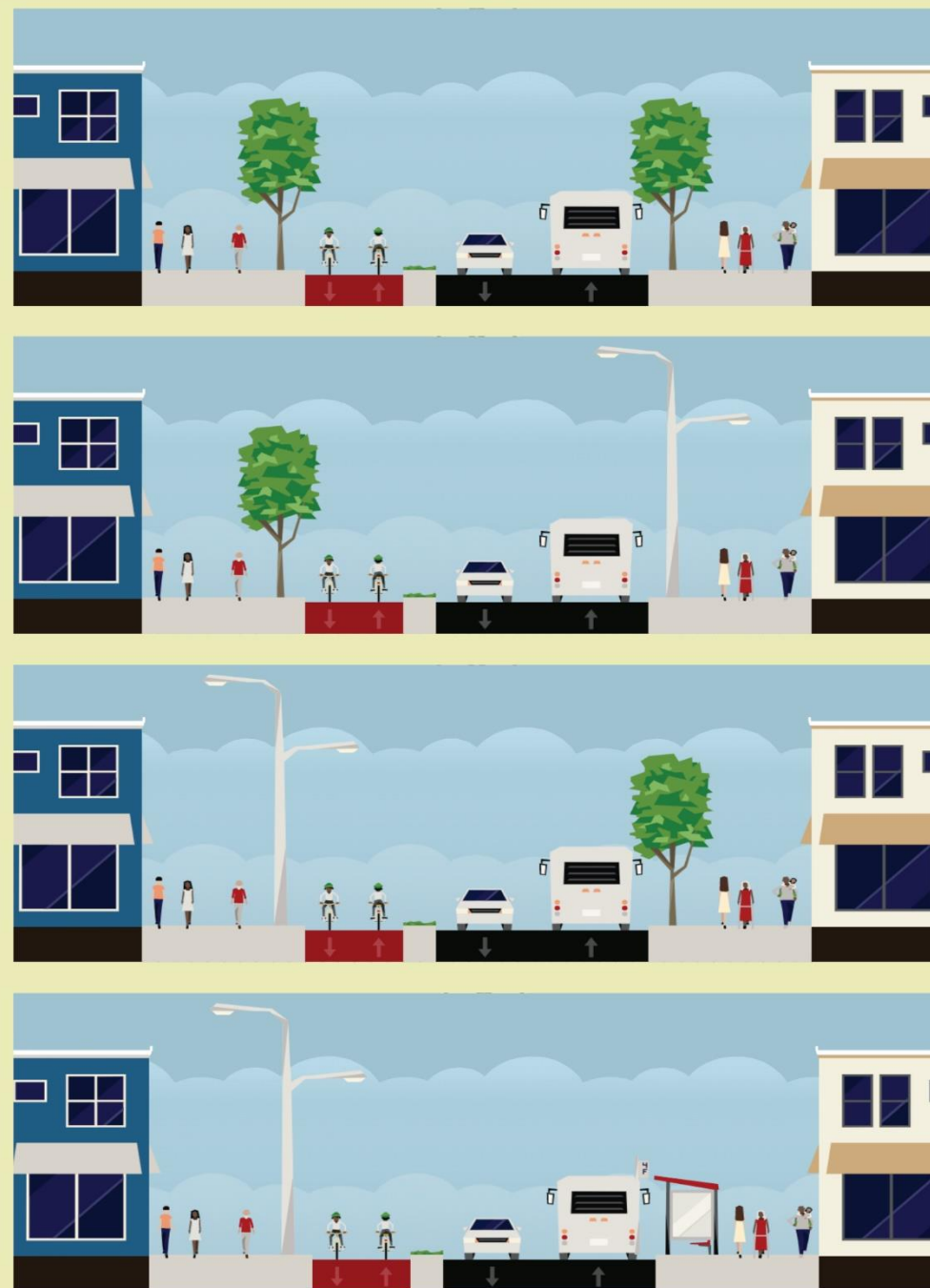


Rua Tipo IV

A «Rua Tipo IV» foi proposta para ambas as vias devido o poder ao fluxo de pessoas e atividades de permanência existentes nestes locais, conforme a figura 9. A reestruturação da via baseou-se na delimitação de duas faixas de rolamento para veículos automotores devido a via canalizar o fluxo proveniente do sistema de transporte público de passageiros para outros bairros, assim como foi proposto a estruturação de uma ciclovia de ambas as mãos e o alargamento das calçadas arborizadas.

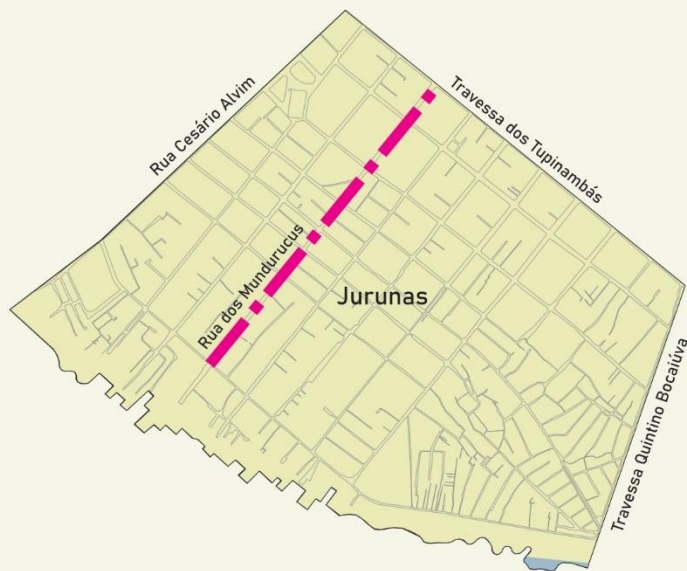


Rua Tipo IV

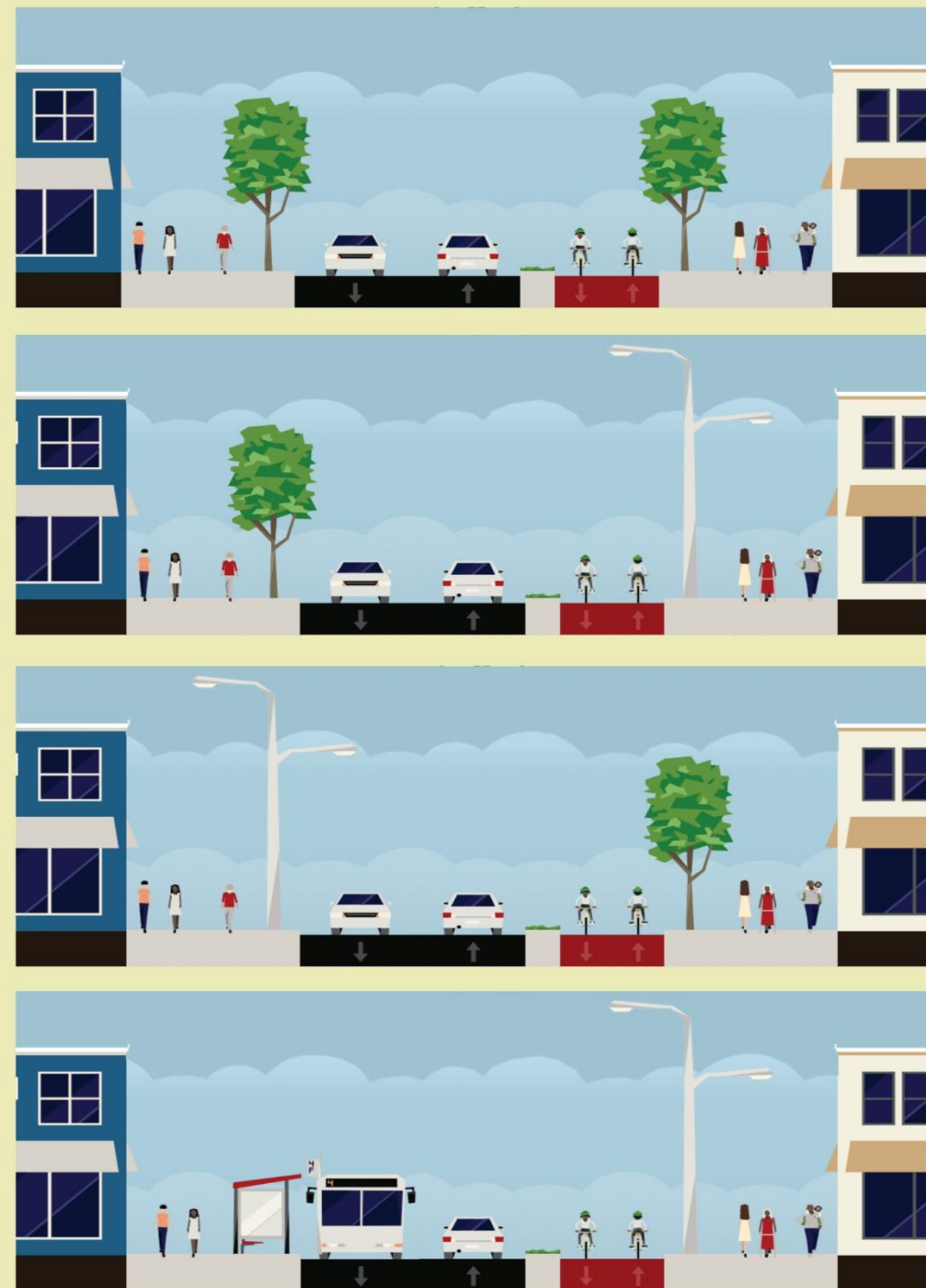


Rua Tipo V

A «Rua Tipo V» foi proposta para uma via específica na qual as formas de apropriação do espaço decorrem principalmente das atividades comerciais que existem no entorno e na qual a apropriação do espaço decorrente das interações de vizinhança se dão predominantemente no período na noite e de forma não tão intensa. A reestruturação da via foi pensada de modo a viabilizar e promover com segurança as atividades comerciais que ocorrem tanto no espaço público quanto semipúblico, e o fluxo de pedestres.

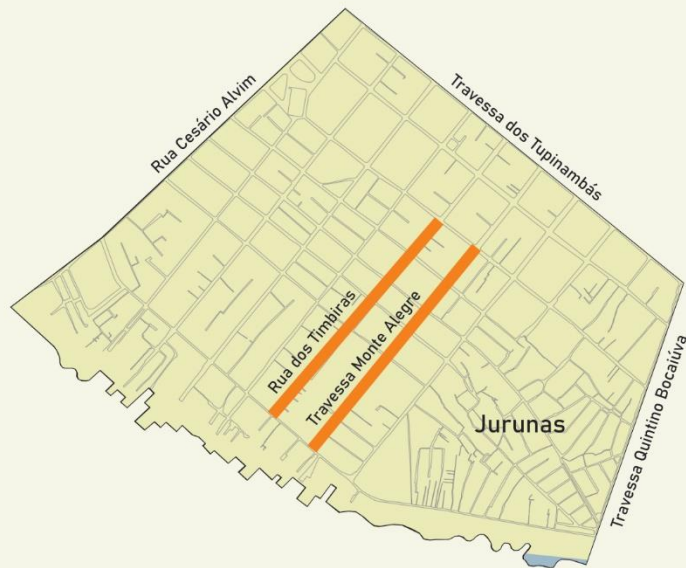


Rua Tipo V

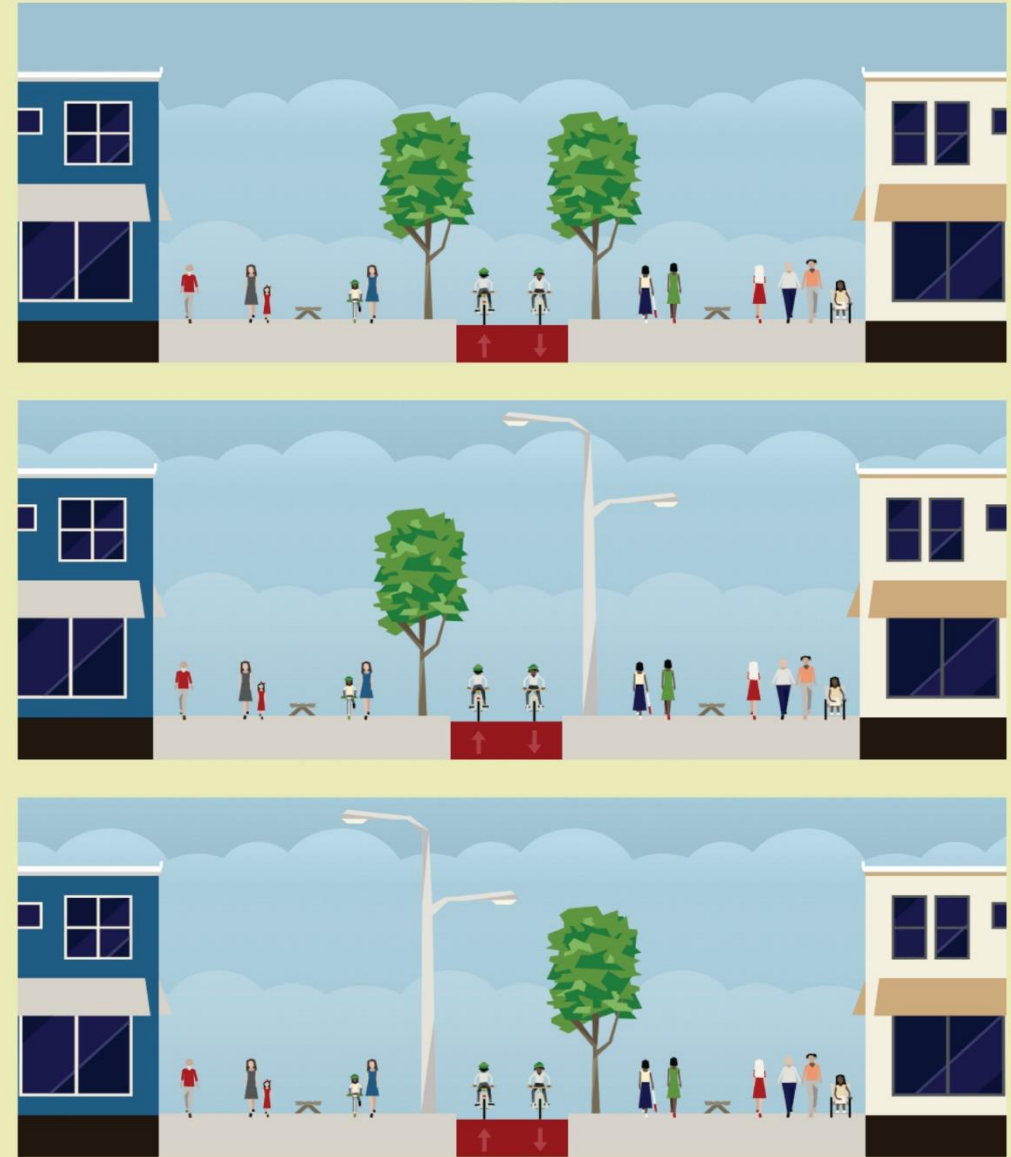


Rua Tipo VI

A «Rua Tipo VI» foi proposta em decorrência das formas e intensidades de apropriação do espaço público em relação as interações de vizinhança - ver figura 9. Desta forma, é proposto a extinção das faixas de rolamento desta via, dando prioridade máxima aos pedestres com o alargamento das calçadas arborizadas e aos ciclistas com a estruturação de uma ciclovia de ambas as mãos na parte central da via. A escolha da localização da ciclovia na área parte central da via possibilitou a configuração de calçadas com dimensões semelhantes em ambos os lados.

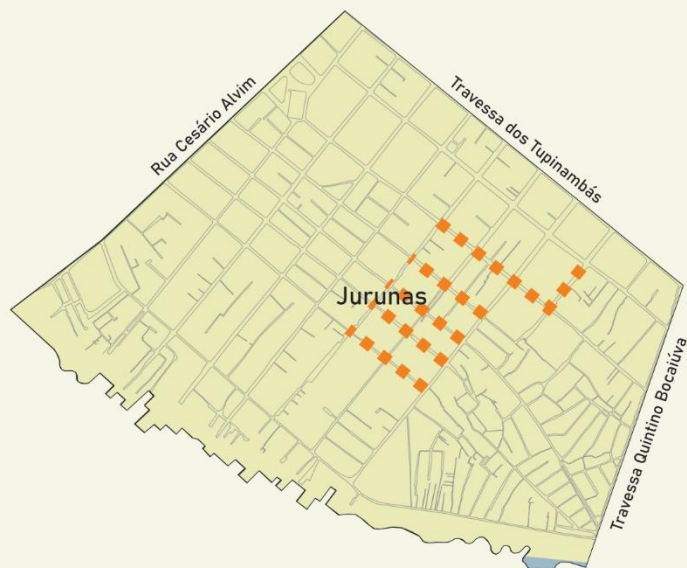


Rua Tipo VI



Rua Tipo VII

A «Rua Tipo VII» segue os mesmos princípios da via anterior, da «Rua Tipo VI», devido os graus e formas de apropriação do espaço semelhante ao anterior - ver figura 9 -; no entanto, devido as dimensões reduzidas nesta via as calçadas arborizadas tiveram suas larguras diminuídas

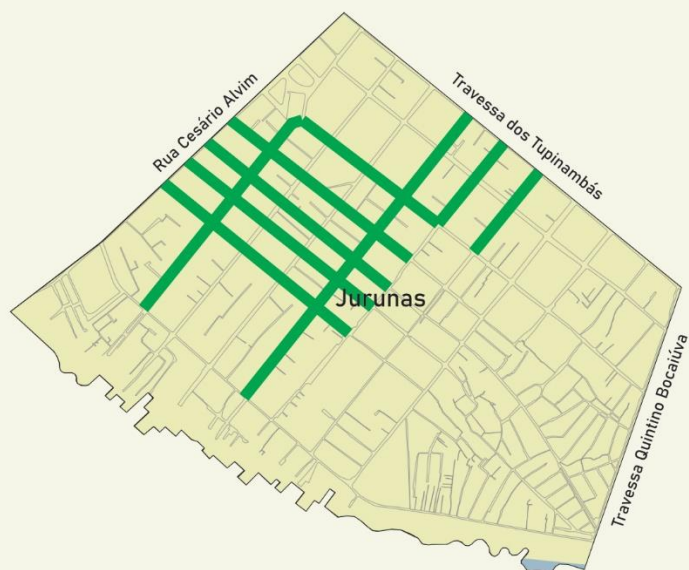


Rua Tipo VII



Rua Tipo VIII

A «Rua Tipo VIII» foi proposta como forma de articular grande parte do bairro, em que existe de determinada maneira um equilíbrio entre as intensidades e formas de apropriação do espaço tanto em decorrência das atividades econômicas do entorno quanto em decorrência das interações de vizinhança. Optou-se pela permanência de duas faixas de rolamento para veículos automotores com o alargamento das calçadas arborizadas e a estruturação de uma ciclovia de mão única.

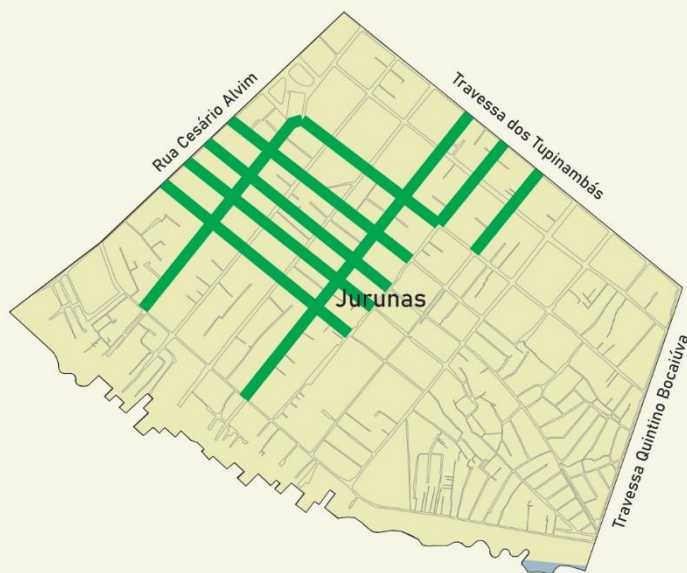


Rua Tipo VIII



Rua Tipo VIII

Nesta via, optou-se pela concessão de parte do espaço público ao estacionamento de veículos privados, esta medida busca dar maior fluidez ao tráfego de veículos nas vias que coletam o fluxo de veículos do sistema de transporte público de passageiros.

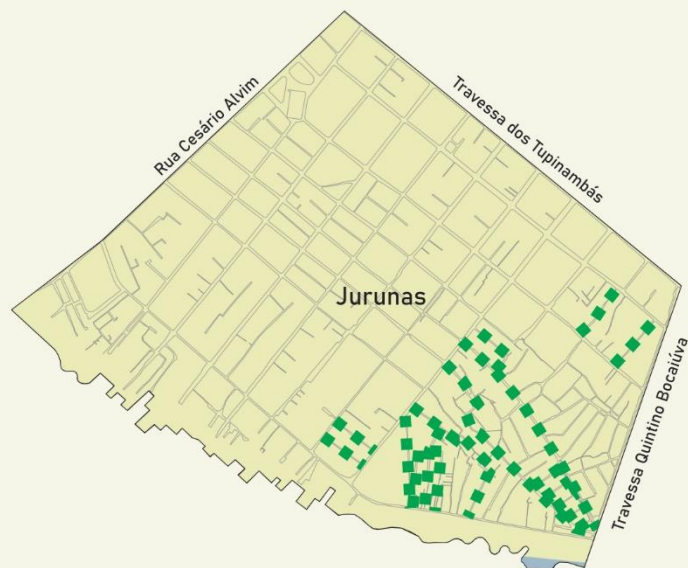


Rua Tipo VIII



Rua Tipo IX

A «Rua Tipo IX» segue os mesmos parâmetros da via anterior para definição dos espaços pertencentes a essa via, no entanto, a existência de um espaço reduzido procedeu a extinção de faixas de rolamento para veículos automotores. Priorizou-se os pedestres a partir do alargamento das vias de pedestres arborizadas.

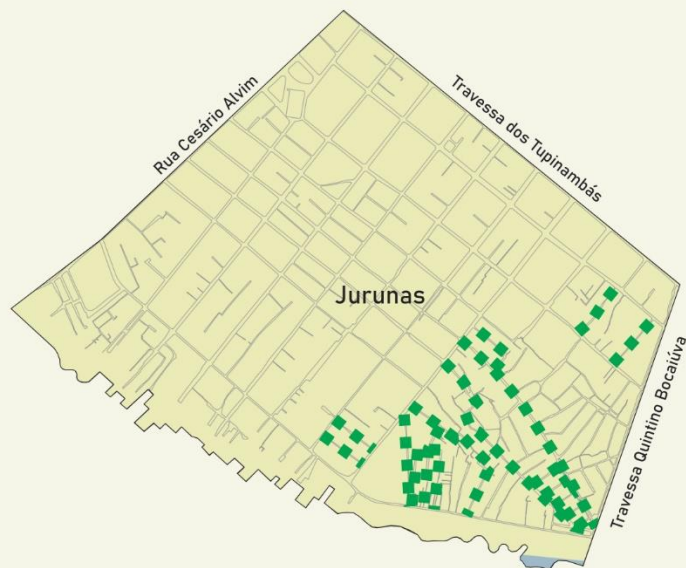


Rua Tipo IX



Rua Tipo IX

Optou-se pela arborização das vias como melhorar o microclima urbano e a paisagem urbana. Adicionou-se mobiliários urbanos como bancos como forma de incentivar as atividades de permanência



Rua Tipo IX



CONCLUSÃO

Este trabalho de conclusão de curso evidenciou nos dois primeiros capítulos a existência de múltiplas faces do bairro do Jurunas, no município de Belém, decorrente da existência de diferentes formas e intensidades de apropriação dos espaços públicos e semipúblicos do bairro. A elaboração desse trabalho buscou relacionar essas diferentes faces como pontos cegos as intervenções urbanísticas realizadas no bairro do Jurunas em que o espaço de deslocamento tiveram prioridade em relação aos demais usuários, como os pedestres e ciclistas, os quais são responsáveis pela vida do bairro.

O espaço público e semipúblico utilizado principalmente pelos moradores do bairro do Jurunas evidencia a possibilidade de existência de vida na cidade a partir do mínimo necessário a existência desta. O espaço pouco estruturado a partir da ausência, desnivelamento e estacionamento em cima das calçadas, da competição por

ocupação das faixas de rolamento pelos pedestres, ciclistas, motociclistas e motoristas, e outros em determinada medida é um empecilho a realização do direito de ir e vir, a realização desse direito de forma segura e satisfatória. Espera-se que a proposta de intervenção elaborada neste trabalho possa contribuir para estruturação do espaço público de forma satisfatória e de maneira a fortalecer as apropriações do espaço público.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ARAÚJO, F. **Entre portais do espetáculo e portas do cotidiano sobre as águas do Guamá: cartografando processos construtivos de subjetivação no Jurunas, Belém-Pa.** 168 F. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFBA, 2008.

BECKER, B. **A Urbe Amazônida.** Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

CARDOSO, A. C.; FERNANDES, D.; BASTOS, A. P. A inserção da RMB na Amazônia e na rede urbana brasileira. In: CARDOSO, A. C.; LIMA, J. J. **BELÉM: TRANSFORMAÇÕES NA ORDEM URBANA.** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. p. 33 - 58.

CARDOSO, A. C.; FERNANDES, D.; LIMA, J. J. Região Metropolitana de Belém: um balanço de quatro décadas. In: CARDOSO, A. C.; LIMA, J. J. **BELÉM: TRANSFORMAÇÕES NA**

ORDEM URBANA. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. p. 17 - 32.

CARDOSO, A. C.; LIMA, J. J. Tipologias e padrões de ocupação urbana na Amazônia Oriental: para que e para quem? In: CARDOSO, A. C. (.). **O Rural e o Urbano na Amazônia diferentes olhares em perspectiva.** Belém: EDUFPA, 2006. p. 55 - 96.

CORRÊA, R. **A periodização da rede urbana Amazônia.** Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, 4, n. 3, jul/set 1987. 39 - 68.

GEHL, J. **Cidade para pessoas.** São Paulo: Perspectiva, 2013. 2ª edição.

MARICATO, E. **AUTOCONSTRUÇÃO, A ARQUITETURA POSSÍVEL.** In: MARICATO, E. (.). **A Produção Capitalista da Casa (e da Cidade) no Brasil Industrial.** 2ª. ed. São Paulo: ALFA-OMEGA, 1982. p. 71 - 94.

MARICATO, E. **PARA ENTENDER A CRISE URBANA**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MAUTNER, I. A periferia como fronteira da expansão do capital. In: DEÁK, C.; SCHIFFER, S. R. (.). **O processo de urbanização no Brasil**. 1ª. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1999. p. 247 - 259.

OLIVEIRA, R.; CARDOSO, A. C. **Rastreando manifestações do Urbano-Natural na Belém Continental**. Relatório Final PIBIC, Universidade Federal do Pará. Belém. 2018.

PEREIRA, J. C. **A Urbanização da Amazônia e o papel das Cidades Médias na Rede Urbana Regional**. In: CARDOSO, A. C. (.). **O Rural e o Urbano na Amazônia diferentes olhares em perspectiva**. Belém: EDUFPA, 2006. p. 23 - 54.

PINHEIRO, A. et al. **ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM: BAIXADAS E OCUPAÇÕES**. In: MORAIS, M.; KRAUSE, C.; LIMA NETO, V. **CARACTERIZAÇÃO E TIPOLOGIA DE ASSENTAMENTOS**

PRECÁRIOS: ESTUDOS DE CASO BRASILEIROS. Brasília: Ipea, 2016. p. 189 - 248.

RODRIGUES, C. **Vem do bairro do Jurunas: sociabilidade e construção de identidades entre ribeirinhos em Belém-PA**. Tese (Doutorado em Antropologia) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco. Recife. 2006.

SILVA, M. **Geografia dos Transportes no Brasil**, IBGE, 1949.

SINGER, P. **O USO DO SOLO NA ECONOMIA CAPITALISTA**. In: MARICATO, E. (.). **A Produção Capitalista da Casa (e da Cidade) no Brasil Industrial**. 2ª. ed. São Paulo: ALFA-OMEGA, 1982. p. 21 - 36.

VENTURA NETO, R. **Configuração e características do Circuito Imobiliário em Belém**. In: VENTURA NETO, R. **Belém e o Imobiliário: Uma cidade entre contratos e contradições**. Belém: Imprensa Oficial do Estado, 2015. p. 50 - 113.

VILLAÇA, F. Os bairros residenciais das camadas populares. In: VILLAÇA, F. **ESPAÇO INTRA-URBANO BRASIL**. 2ª. ed. São Paulo: Studio Nobel; FAPESP; Lincoln Institute, 2017. p. 225 - 236.